



Tecnologia em Segurança Pública
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



Cláudio André de Souza | Carla Galvão Pereira

Movimentos Sociais

MOVIMENTOS SOCIAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Cláudio André de Souza
Carla Galvão Pereira

MOVIMENTOS SOCIAIS

Salvador
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: João Carlos Salles Pires da Silva
Vice-Reitor: Paulo César Miguez de Oliveira
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Pró-Reitor: Penildon Silva Filho
Escola de Teatro
Diretor: Luiz Cláudio Cajaíba

Superintendência de Educação a
Distância -SEAD
Superintendente
Márcia Tereza Rebouças Rangel

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD
Haenz Gutierrez Quintana

Coordenação de Design Educacional
Lanara Souza

Coordenadora Adjunta UAB
Andréa Leitão

Tecnologia em Segurança Pública

Coordenadora:
Profa. Ana Paula Bonfim

Produção de Material Didático

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD

Núcleo de Estudos de Linguagens &
Tecnologias - NELT/UFBA

Coordenação
Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto gráfico
Haenz Gutierrez Quintana

Foto de capa:
Flickr - Fist raised in crowd

Equipe de Revisão
Julio Neves Pereira, Simone Bueno Borges

Equipe Design
Supervisão:
Haenz Gutierrez Quintana, Danilo Barros

Editoração/Ilustração:
Bruno Deminco, Davi Cohen, Luana
Andrade, Michele Duran de Souza Ribeiro,
Rafael Moreno Pipino de Andrade,
Amanda Soares Fahel, Amanda dos Santos

Braga, Ingrid Barretto

Design de Interfaces:
Danilo Barros

Equipe Audiovisual
Direção:
Haenz Gutierrez Quintana

Produção:
Daiane Nascimento dos Santos, Victor
Gonçalves

Câmera, teleprompter e edição:
Gleyson Públio, Valdinei Matos

Edição:
Maria Giulia Santos, Adriane Santos, Alan
Leonel

Videografismos e Animação:
Camila Correia, Gean Almeida, Mateus
Santana

Edição de Áudio/trilha sonora:
Mateus Aragão, Filipe Pires Aragão



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Esta obra está sob licença *Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0*: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA

S729 Souza, Cláudio André de.
Movimentos sociais / Cláudio André de Souza, Carla Galvão Pereira. - Salvador: UFBA,
Faculdade de Direito; Superintendência de Educação a Distância, 2022.
69 p. : il.

Esta obra é um Componente Curricular do Curso de Tecnologia em Segurança Pública, Justiça
e Cidadania na modalidade EaD da UFBA.

ISBN: 978-65-5631-073-2

1. Movimentos sociais. 2. Movimentos sociais - Brasil. I. Pereira, Carla Galvão. II. Universidade
Federal da Bahia. Faculdade de Direito. III. Universidade Federal da Bahia. Superintendência de
Educação a Distância. IV. Título.

CDU: 304

SUMÁRIO

CARTA DE APRESENTAÇÃO	07
MINI CURRÍCULO DOS AUTORES	09
UNIDADE 1 - UMA ABORDAGEM (PRELIMINAR) DAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	
Introdução da Unidade	10
Objetivo(s)	10
1.1 – Como podemos definir o que são os movimentos sociais?	10
1.2 – Novos e velhos aportes teóricos: balanço da literatura sobre movimentos sociais	13
1.3 – Novos paradigmas em questão	19
1.4 – Movimentos sociais e sistema político: um desenho teórico relevante	25
1.5 – O conceito de repertório de ação	35
1.6 – Síntese da Unidade	37
UNIDADE 2 – OS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS	
Introdução da Unidade	39
Objetivo(s)	40
2.1 – Os movimentos sociais no Brasil nos últimos três séculos	40
2.2 – Movimento sindical	47
2.3 – Movimento de luta pela Terra	48
2.4 – Movimento ambientalista	50
2.5 – Movimento estudantil	52
2.6 – Movimento feminista	55
2.6.1 – Começando a história	55
2.6.2 – Transição, décadas de 40 e 50	57

2.6.3 – Anos 60 e 70 – Ditadura militar	58
2.6.4 – Anos 80	60
2.6.5 – Anos 1990	61
2.6.6 – Anos 2000	61
2.6.7 – Anos 2010	62
2.7 – Movimento LGBT	63
2.8 – Síntese da Unidade:	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Queridos leitores,

é com imensa satisfação que apresentamos esta produção escrita no intuito de estabelecer um diálogo sobre os movimentos sociais a partir de uma perspectiva teórica e prática, ou seja, em relação ao protagonismo dos movimentos sociais mais importantes na sociedade brasileira.

Ao contrário do que muitos pensam, entender as dinâmicas de ação dos movimentos sociais de forma minuciosa é de suma importância para se observar as principais mudanças e desafios presentes nas sociedades contemporâneas. Dessa maneira, estudar e compreender os movimentos sociais pouco se trata de exaltar as lutas travadas por segmentos mobilizados da sociedade civil, mas é fundamental para a construção e formação dos desafios que cercam as sociedades nas quais estamos inseridos.

Para a elaboração deste trabalho, enfatizamos o aspecto teórico dos movimentos sociais e as suas principais categorias de análise no diálogo com as pesquisas acadêmicas e as principais características dos movimentos sociais nas dimensões local e global, em especial, quais são os principais movimentos em ação nas sociedades.

Partimos do entendimento de que os movimentos sociais são uma *chave explicativa* para entender o contexto das sociedades inseridas na interface “democracia, cidadania e direitos humanos” e quais os valores, limites e possibilidades que cercam a política democrática nos dias atuais. O Brasil está inserido, portanto, em um contexto mais

amplo de realidade social e política diante de desafios que são atinentes ao conjunto de sociedades globalizadas de convívio liberal e democrático.

O material a seguir, para o qual vocês estão convidados à leitura, pretende levar todos a uma reflexão inicial sobre as características modernas das sociedades atuais e de que forma os movimentos sociais podem ser explicados enquanto um reflexo da própria condição de liberdade dos indivíduos dentro de um contexto marcado por democracias que valorizam o exercício da livre organização e expressão enquanto um direito de todos.

Sintam-se convidados e convidadas a refletir e entender melhor o que são os movimentos sociais nos dias atuais.

Grande abraço,

Cláudio André de Souza e Carla Galvão Pereira

MINI CURRÍCULO DOS AUTORES

Cláudio André de Souza

Possui Graduação com habilitação em Ciência Política (2009), Mestrado (2011) e Doutorado (2016) em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é Professor de Ciência Política da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês (BA). Possui experiência de pesquisa nos seguintes temas: democracia, participação, movimentos sociais, representação, partidos políticos e protestos. Lidera no Diretório do CNPq o Grupo de Pesquisa em Democracia, Participação e Movimentos Sociais. Membro filiado à Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Carla Galvão Pereira

Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais com concentração em Ciência Política pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação pela Universidade do Estado da Bahia. É Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem experiência de mais de 10 anos na área de docência do ensino superior em Sociologia e Ciência Política, bem como em atividade de pesquisa e extensão. Em atividades de pesquisa desenvolve estudos no âmbito da Ciência Política, com ênfase na área de comportamento político na Bahia. Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Ciência Política da UFBA e é membro do grupo de pesquisa Instituições Políticas Subnacionais (CRH/UFBA).

UNIDADE 1 - UMA ABORDAGEM (PRELIMINAR) DAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Introdução da Unidade

Na presente Unidade, estudaremos questões introdutórias ligadas à definição do que são os movimentos sociais, seus marcos interpretativos e como eles surgiram dentro do contexto de modernidade. Faremos um breve e introdutório mapeamento das principais correntes interpretativas voltadas a explicar os movimentos sociais.

Objetivo(s)

O objetivo, neste primeiro momento, é apresentar ao aluno uma contextualização histórica do surgimento dos movimentos sociais no âmbito da modernidade, assim como debater, a partir de um resumo analítico construído a seguir, o perfil de cada corrente interpretativa, enquanto teorias de movimentos sociais. De antemão, informamos que, por questão didática de entendimento dos conceitos expostos, utilizamos bastante as citações diretas como forma expressiva de valorização do diálogo que queremos ter com os autores aqui escolhidos para o debate.

1.1 Como podemos definir o que são os movimentos sociais?

Para Lucas Brandão (2011), o século XX foi marcante pelos efeitos das grandes mudanças do século XIX vividas na pele pela população, tais como a urbanização, a industrialização, a formação e propagação do modelo de Estado-Nação dentro do cenário de desenvolvimento do capitalismo. A modernidade levada a cabo no século passado

mudou a forma das pessoas se relacionarem diante de uma esfera pública pautada pela emergência de sujeitos coletivos, conforme se observa no esquema **abaixo**.

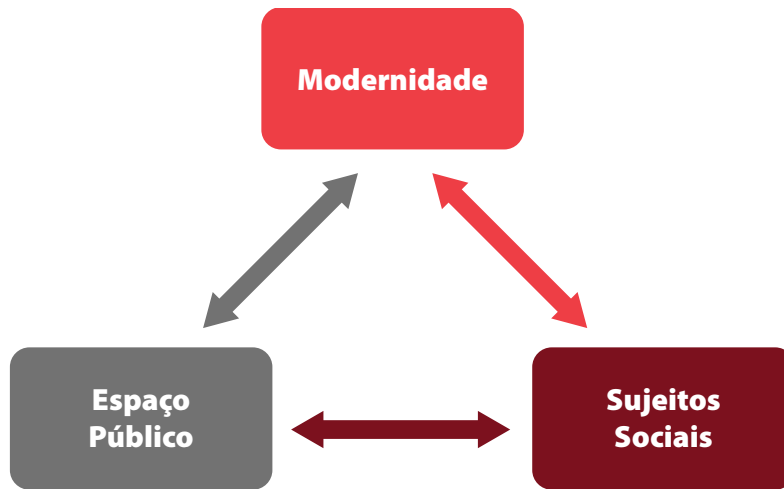


Figura 1: Interrelação entre Modernidade, Indivíduo e Espaço Público
Fonte: elaborada pelos autores.

Para se ter uma ideia, o debate sobre os movimentos sociais teve impacto na sociologia com a obra de Lorenz von Stein que, em 1840, analisou o movimento operário e suas reivindicações ligadas às indústrias e críticas ao capitalismo. No século XIX, o ambiente de trabalho na era industrial passou a se constituir enquanto um espaço de sociabilidade de grande impacto na vida das cidades e as mobilizações coletivas que surgiam desse contexto tinham como principal ponto a defesa de melhorias nas condições de trabalho. As relações de trabalho ganham no capitalismo uma **dimensão social** fundamental para entender as dinâmicas de funcionamento da sociedade para indivíduos, grupos sociais e instituições políticas.

O foco das análises sobre movimentos sociais advindas dos estudos da Escola de Chicago tinha como objetivo investigar o comportamento coletivo dos indivíduos. A partir da década de 1920, o paradigma clássico predominou nos estudos de movimentos sociais. Segundo Gohn (1997), citada por Lucas Brandão (2011, p. 123),

o chamado paradigma clássico ou do comportamento coletivo reuniu um conjunto de teorias inspiradas pela tradição psicológico-social da Escola de Chicago – especialmente no trabalho de Herbert Blumer (1949); pelas teorias sobre a sociedade de massas de Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) e K. Kornhauser (1959); pela abordagem sociopolítica de Lipset (1950) e Heberle (1951); pelo estrutural-funcionalismo de Smelser (1962); e, por fim, pelas teorias organizacionais-comportamentalistas de Selznick (1952), Gusfield (1955) e Messinger (1955).

Veja que entre os séculos XIX e XX tivemos poucos avanços na caracterização teórica do que seriam os movimentos sociais. Reinou nesse período a percepção de que tais movimentos eram meras articulações “marginais” ao conjunto da sociedade, de que causavam uma “desordem” nos padrões sociais vigentes à época. A definição mais disseminada de movimento social de lá para cá entende que se trata de ações coletivas que buscam articular um interesse comum, agindo de forma externa às instituições políticas localizadas na arena estatal. Portanto, ao longo de boa parte do século XX, a sociologia seguiu o entendimento de que os movimentos sociais tinham um caráter irracional diante de um comportamento coletivo que apresentava práticas sociais à margem do conjunto “normal” da sociedade.

Podemos entender os movimentos sociais enquanto agentes coletivos que buscam modificar a **sociedade** e se utilizam de protestos de rua, abaixo-assinado, fóruns, congressos, ocupações, entre outros, para alcançar os objetivos desejados. Para Anthony Giddens e Philip Sutton (2016, p. 326), os movimentos se caracterizam como “formas poderosas de ação coletiva, e campanhas bem organizadas e contínuas que podem alcançar resultados significativos”.

Os movimentos vivem etapas que se assemelham a ciclos na sua forma de atuar na sociedade porque sempre precisam manter um tipo de mobilização, que acaba por variar ao longo do tempo, dependendo também dos recursos humanos e materiais disponíveis. Todos os movimentos que assumiram protagonismo na sociedade no âmbito da modernidade tiveram como propósito levar ao Estado as suas demandas e lutas, em geral, buscando alcançar direitos e políticas públicas. Na modernidade, os movimentos assumiram um lugar destacado na vida política das sociedades, para além da **representação política** organizada das democracias por meio do voto. O que os movimentos produzem, portanto, também é uma forma de participação política que altera e transforma a maneira como os governos atuam e representam interesses. Sendo assim, é importante que vejamos os movimentos sociais como um conjunto de ações coletivas que emergem no mundo moderno, tendo como um dos objetivos influenciar o funcionamento das sociedades, por isso que os movimentos também assumem uma perspectiva de “disputa” em torno de interesses e visões de mundo entre os membros de uma sociedade.

Em suma, é possível afirmar que os movimentos sociais se traduzem na ação coletiva de setores da sociedade ou organizações sociais para defesa ou promoção, no âmbito das relações de classes, de certos objetivos ou interesses, envolvendo tanto a busca por transformação como de preservação da ordem social vigente.



Sabendo um pouco mais

Movimentos sociais na era da globalização: no lugar dos movimentos sociais nacionais do passado, começaram a ganhar relevância, há alguns anos, dinâmicas de ação coletiva envolvendo movimentos sem fronteiras transnacionais, que atuam em diversos países. Por exemplo, é o caso de movimentos ambientalistas como o Greenpeace.

1.2 Novos e velhos aportes teóricos: balanço da literatura sobre movimentos sociais

O grande objetivo deste item perpassa pelo intuito de levar até você o trabalho árduo que diversos autores têm enfrentado ao buscar desenvolver um balanço da literatura sobre as diversas vertentes teóricas dos movimentos sociais nas últimas décadas, especialmente, na forma pela qual essa discussão tem contribuído para a renovação das matrizes analíticas capazes de explicar os movimentos sociais que emergem antes e depois da democratização do Brasil.

Um *paper* que conduziu muito bem esse debate foi produzido por Luciana Tatagiba (2007). Em um primeiro momento, a publicação serviu como uma crítica pertinente à fragilidade empírica e de imprecisão teórica em torno de um dogmatismo que impediu novos balanços bibliográficos, em diálogo, especialmente, com a produção norte-americana. Como resultado, houve, para a autora, um negligenciamento da interface movimentos, governos e partidos (GOHN, 2004) e superestima da autonomia enquanto signo da não relação, sendo também um “mecanismo de defesa” dos movimentos presentes em sociedades autoritárias e estruturadas no patrimonialismo. Não é exagerada a referência da autora a um “fetiche da autonomia”,

“[...] que levava a interpretar toda aproximação dos movimentos com o Estado e partidos sob o signo da cooptação, instrumentalização e subordinação”.
(HELLMAN, 1992 *apud* TATAGIBA, 2007, p. 3)

Diante dessa controvérsia, Tatagiba mostra-se a favor das mudanças na literatura por meio da valorização de um olhar mais atento à interação entre movimentos sociais

e atores políticos institucionais. Já na década de 1980, Cardoso (1987, p. 33 *apud* TATAGIBA, 2007) alertara para as vantagens desta posição analítica:

[...] se olharmos para as estratégias que os [movimentos sociais desenvolvem para reivindicar, seremos levados a considerar os modos distintos pelos quais se dirigem às agências públicas e também as reações diversas que suas demandas provocam [...]. Cada contexto determinará os caminhos da negociação e incluirá possibilidades e bloqueios específicos, que dependem das alianças vistas como possíveis [...]. Ao valorizar os processos de negociação que envolvem as organizações populares, nos tornamos mais sensíveis para registrar os debates internos sobre as diferentes estratégias a seguir [...]. A relação movimentos-Estado depende da conjuntura política (maior ou menor repressão, alianças políticas, etc.) do tipo de reivindicação e das formas de organização e mobilização da população.

A crítica ao empobrecimento analítico acima mencionado surgiu também de um balanço produzido na década de 1980 por Kowarick (1987), que questionava a escassez de trabalhos voltados à ultrapassagem de barreiras analíticas responsáveis em classificar de antemão qualquer relação movimento-Estado por definição antagônica.

Tatagiba (2007), citando Boschi e Valladares (1983, p. 66-67), compreende a importância desses autores ao incorporar nos seus trabalhos a dimensão analítica da atuação estatal e seus efeitos sobre os movimentos, ao salientar que

[...] nesta perspectiva está implícita a noção de que os movimentos sociais envolvem a conquista de direitos básicos de cidadania como o fator central de mobilização para a ação: não se pressupõe aqui nem o relativo isolamento das populações envolvidas, nem a espontaneidade como base da ação. Desta forma, não apenas a questão do apoio externo é incorporada como um dos elementos presentes nos movimentos sociais, como também as vinculações destes com outros agentes tais como partidos políticos, outros movimentos congêneres e mesmo agências estatais. Em suma, os movimentos se dão no contexto das relações entre sociedade civil e o Estado, para colocar em termos bem genéricos.

A abertura de uma nova agenda de pesquisa no Brasil, conforme enquadramento analítico proposto por esses autores, já representava um debate teórico-analítico no âmbito internacional e também diante de novas agendas latino-americanas preocupadas com a investigação da ação coletiva diante do contexto democrático. Se, em um primeiro momento, Tatagiba (2007, p. 5) reconhece o fracasso dessa iniciativa, é possível afirmar, em suas palavras, que

[...] hoje parece que estamos assistindo uma nova inflexão no debate latino-americano sobre os movimentos sociais motivado não por uma dinâmica interna à academia, mas pelos desdobramentos recentes da luta política no continente. Refiro-me a dois processos inter-relacionados. O primeiro, o aumento da conflitividade social na esteira das lutas contra as políticas de cunho neoliberal que – ao lado e para além das experiências de democracia participativa que se multiplicam no continente –, vem reconfigurando o terreno e as estratégias de luta dos movimentos sociais (Svampa e Pereira, 2003; Seoane, 2004; Zibechi, 2006; Espeche, 2003; Domingues, 2007). Por outro, a ascensão de forças políticas de esquerda/centro-esquerda em vários países latino-americanos que recoloca em discussão o complicado tema das relações entre movimentos, governos e partidos. Como lembra Zibechi: “El movimiento actual está sometido a debates profundos, que afectan a las formas de organización y la actitud hacia el estado y hacia los partidos y gobiernos de izquierda y progressistas. De la resolución de estos aspectos dependerá el tipo de movimiento y la orientación que predomine en los próximos años” (Zibechi, 2003)¹.

A presença de um novo aporte teórico capaz de superar a insígnia da autonomia enquanto não relação dos movimentos com o Estado afirmou-se gradualmente ao travar intensos diálogos com outras vertentes teóricas dos movimentos sociais.

¹ A essa nova conjuntura latino-americana de ascensão de líderes progressistas pós-neoliberais, Sader (2009, p. 35) a denominou como sendo semelhante à emergência de uma “nova toupeira”: “em um discurso pronunciado em novembro de 2007, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, relatou como foi sua participação na reunião da Cúpula das Américas, no Canadá, em 2000, quando os EUA apresentaram a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) diante de dezenas de mandatários do continente. Depois de muitos discursos, o presidente norte-americano submeteu a proposta à votação, pedindo, para facilitar, que quem fosse contra levantasse o braço. Hugo Chávez ergueu o braço, sozinho, olhou a seu redor e viu todos os outros – entre eles, Fernando Henrique Cardoso, Alberto Fujimori, Carlos Menem e Carlos Andrés Pérez. Depois, em sua primeira Cúpula Ibero-Americana, Chávez recebeu um bilhetinho de Fidel, em que este lhe dizia: “Finalmente já não sou o único diabo aqui”. Foi assim, com alívio, que Chávez, eleito em 1998, compareceu à posse de Lula em Brasília, em 2003; e à de Néstor Kirchner em Buenos Aires, no mesmo ano; depois Tabaré Vázquez em Montevidéu, em 2004; à de Evo Morales em La Paz, em 2006; à de Daniel Ortega em Manágua, em 2007; à de Rafael Correa em Quito, em 2007; e à de Fernando Lugo em Assunção, em 2008. Nesse intervalo, a proposta norte-americana de um tratado de livre-comércio para as Américas, aprovada quase unanimemente em 2000, foi rejeitada e enterrada em 2005. Desde então, o próprio Chávez foi reeleito, assim como Lula, e Kirchner foi sucedido por sua mulher. A que corresponde essa mudança tão radical que o continente jamais viveu em prazo tão curto, em toda a sua história, e com tantos governos que podem ser caracterizados como progressistas (de esquerda ou de centro-esquerda, conforme critérios que desenvolveremos mais adiante)? Qual é a fisionomia da América Latina e do Caribe sob o impacto dessas transformações? Em que medida podemos dizer que o neoliberalismo permanece hegemônico ou que ingressou em um período que poderíamos caracterizar como pós-neoliberal? Nesse caso, o que caracteriza os novos governos latino-americanos? Com que forças conta a luta antineoliberal e que principais obstáculos ela enfrenta? Que projeções podemos fazer sobre o futuro do continente nessa primeira metade do século XXI? Os itinerários da toupeira tornaram-se cada vez menos previsíveis, fazendo com que as revoluções assumissem formas e brotassem em cenários cada vez mais inesperados. Sartre escreveu, a propósito da explosão de Maio de 1968 em Paris, do “medo da revolução” dos comunistas, cujos olhos estavam voltados sempre para novos ataques ao Palácio de Inverno, como sintomas da explosão de um processo revolucionário. Sartre simplesmente retomava a expressão de Gramsci, que havia falado da Revolução Russa como “uma revolução contra o capital”, não para desqualificá-la ou para tirar-lhe o caráter anticapitalista, mas para destacar como os novos processos revolucionários sempre surgem de forma heterodoxa e parecem desmentir, em vez de confirmar, em linhas gerais previstas pelos teóricos do socialismo – apenas para reescrever, de outra maneira, essas mesmas linhas”.

Em um trabalho de sistematização dessa literatura, semelhante ao que fez Gohn (2004 [1997]), Tatagiba (2007), Angela Alonso (2009) e Lucas Brandão (2011) apresentam as nuances e as fronteiras das principais vertentes teóricas, atentando particularmente para o lugar da política institucional e não institucional.

Até meados da década de 1970, duas vertentes – o **paradigma clássico** e o **marxista** – buscaram explicar a emergência de movimentos sociais e da ação coletiva por meio de estruturas de determinação da agência e constituição de sujeitos sociais em interação com estruturas sociais em transformação. O paradigma clássico ou do comportamento coletivo, segundo Brandão (2011), congregou um conjunto de teorias inspiradas pela tradição **psicológico-social** da Escola de Chicago por meio de autores preocupados em compreender as mudanças sociais originadas de uma tensão estrutural nas normas e hierarquias vigentes, assim como as fissuras decorrentes do choque entre *status* e as expectativas da população.

Em relação a essa vertente, Alonso (2009, p. 50) aponta que “[...] a mobilização coletiva eclodiria apenas como irracionalidade ou, conforme Smelser, como explosão reativa de frustrações individuais, que as instituições momentaneamente não lograriam canalizar”. O caráter disruptivo dos movimentos oriundos desse contexto explicam que os indivíduos aceitariam participar dos movimentos sociais carregando, para o seu interior, frustrações de caráter individual e do choque com valores à frente das transformações sociais realizadas na modernidade. Os movimentos seriam assim o que Kornhauser (1959 *apud* BRANDÃO, 2011) definiu como “atracadouros” para os indivíduos **isolados** produzidos pela modernidade.

Mais uma vez, Brandão (2011, p. 124) atenta para as diversas versões do paradigma do comportamento coletivo diante de

[...] uma distinção radical entre a ação política institucional-convencional (como a ação de agentes públicos e de parlamentares) e o comportamento coletivo não institucional. Enquanto a primeira se orientaria pelas normas sociais vigentes, a segunda seria consequência de situações indefinidas e não estruturadas, que provocariam o colapso dos órgãos de controle social ou o colapso da integração normativa (em razão das mudanças estruturais).

Desse modo, é possível retomar como central o caráter disruptivo e de anomia social (matriz durkheimiana) dos movimentos sociais sob o olhar desse paradigma; no entanto, não foi inteiramente válido para pesquisadores da tradição marxista, que enxergavam no paradigma clássico a incapacidade de analisar a racionalidade das

ações coletivas², já que pouco se dava destaque aos conflitos inerentes às estruturas sociais, econômicas e políticas, independente da cristalização do *modus vivendi e operandi* da modernidade. Brandão (2011, p. 125) analisa, assim, que “[...] a ação coletiva na sociedade capitalista seria condicionada pela exploração presente no processo produtivo e, portanto, seriam as classes sociais não só os agentes das ações coletivas, mas também os sujeitos históricos das transformações revolucionárias”.

Maria da Glória Gohn (2004) parte da compreensão de que o **paradigma marxista** renovou-se no âmbito analítico (Castells, Hobsbawn, Laclau, Lojkine, Offe, Thompson, entre outros) ao conferir centralidade à produção e reprodução de uma cultura política responsável pela formação de sujeitos em contextos políticos igualmente importantes ao processo econômico das relações de produção. Em relação a tais abordagens marxistas, segundo Gohn (2004, p. 173), sempre “[...] mantiveram um olhar sobre a problemática das classes sociais, focando na investigação acerca da origem dos participantes, dos interesses do movimento e o respectivo programa ideológico que daria o norte das suas ações”.

Brandão (2011), ao citar o trabalho de Piven e Cloward (1977), entende que estes autores estabeleceram um novo marco nos estudos de movimentos sociais, visto que defendem que os movimentos jamais conquistam direitos fora das circunstâncias históricas produzidas pela conjuntura. Isso quer dizer que

[...] as estruturas institucionais limitariam a emergência, a forma, a extensão e o sucesso dos movimentos sociais de trabalhadores e pobres. Uma das principais contribuições da dupla foi o destaque que deram para o papel crucial das crises estruturais das instituições econômicas e sociais no processo nascedouro dos movimentos sociais. Os que controlam as instituições políticas e os que controlam as instituições econômicas seriam, para eles, atraídos com o tempo para se unirem em uma única classe dominante. (BRANDÃO, 2011, p. 125)

Para eles, as instituições políticas seriam instrumentos de elites econômicas atuando de forma homogênea. Em cenários de crise e mudanças institucionais, seria possível a criação de facções com interesses divergentes, mas esses autores foram importantes por conseguirem antever algumas situações hoje enfrentadas por movimentos diante da atuação em conjunto com atores político-institucionais. Nas palavras de Brandão (2011, p. 125),

² Lucas Brandão (2011, p. 124) cita Barrington Moore (1966) e Eric Wolf (1969).

além da ênfase no poder das elites econômicas, Piven e Cloward destacam as táticas de cooptação de lideranças para reduzir ou neutralizar eventuais mudanças. Mas a ruptura entre o institucional e o não institucional não se dá apenas entre Estado e movimentos sociais; para os autores, esta ruptura também dividiria o conjunto dos movimentos sociais ao resgatar Robert Michels (1911) para afirmar que os movimentos sociais de massa inevitavelmente adotariam as tendências conservadoras postas pela *Lei de Ferro das Oligarquias*. Assim, para Piven e Cloward, a única estratégia capaz de eventualmente gerar mobilizações bem-sucedidas das classes mais baixas seria por meio da escalada dos protestos disruptivos, “empurrando turbulência para fora dos seus limites” (Piven e Cloward, 1977, p. 91), o que estaria em contraposição direta com a escolha de investir na pressão por legislação e na organização formal e burocrática de um movimento de massa.

Neste aspecto, talvez se encontre um ponto de contato entre o paradigma clássico e o marxista: com relação ao caráter disruptivo dos movimentos sociais, uma vez que caberia à classe trabalhadora adquirir consciência de classe e organização política suficiente para produzir uma ruptura com o poder capitalista e sua respectiva ordem político-institucional. De alguma forma, a escolha pelo estudo dos movimentos “fora dos limites” estabeleceu o interesse desses estudiosos na compreensão dos movimentos capazes de desenvolver essa estratégia, daí mantendo uma forte ligação com a perspectiva da autonomia mencionada anteriormente. Não caberia aos movimentos manterem diálogo com a institucionalidade burguesa, preocupada em dominá-los a qualquer custo.

As mobilizações engendradas nos países capitalistas nos anos de 1960 e 1970 estiveram na vanguarda ao conceber novos arranjos de estratégia e construção social e política, “[...] por que os movimentos de protesto eram encabeçados não pelos trabalhadores, mas sim por estudantes, donas de casa, idosos, etc.”. (BRANDÃO, 2011, p. 126) Além disso, as reivindicações tinham um caráter pluriclassista, estabelecendo lugar para novas pautas (etnia, gênero, meio ambiente, etc.), sem necessariamente vocacionar como objetivo a *tomada do poder político*, a conquista do Estado seja qual for o caminho, nem muito menos com a liderança de indivíduos atomizados, conforme entendia o paradigma do comportamento coletivo.



Sabendo um pouco mais

A definição teórica de como se quer explicar a atuação dos movimentos sociais é fundamental para a pesquisa científica, já que cada teoria se distingue ao propor explicar e valorizar categorias analíticas específicas.

1.3 Novos paradigmas em questão

O afastamento dos dois paradigmas anteriormente analisados aqui significou a formulação de novas interpretações, principalmente ajustadas ao que estava acontecendo ao redor das universidades, diante da insatisfação conceitual e da limitação analítica capaz de dar conta dos fatos. Nesse cenário, emergiram **três vertentes** responsáveis em “reorganizar” teoricamente as explicações sobre os movimentos sociais:

[...] de um lado os europeus, com contribuições significativas de Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci, reunidos sob a ótica da “Teoria dos Novos Movimentos Sociais”; do outro lado, duas vertentes norte-americanas, primeiro por meio da Teoria de Mobilização de Recursos, defendida por McCarthy e Zald (1977), e segundo por Charles Tilly, Sidney Tarrow, Doug McAdam, Jack Goldstone e o italiano Mario Diani, que olharam para os movimentos sociais sob a ótica da Teoria do Processo Político ou, mais recentemente, de uma Teoria do Confronto Político (Contentious Politics). (BRANDÃO, 2011, p. 126)

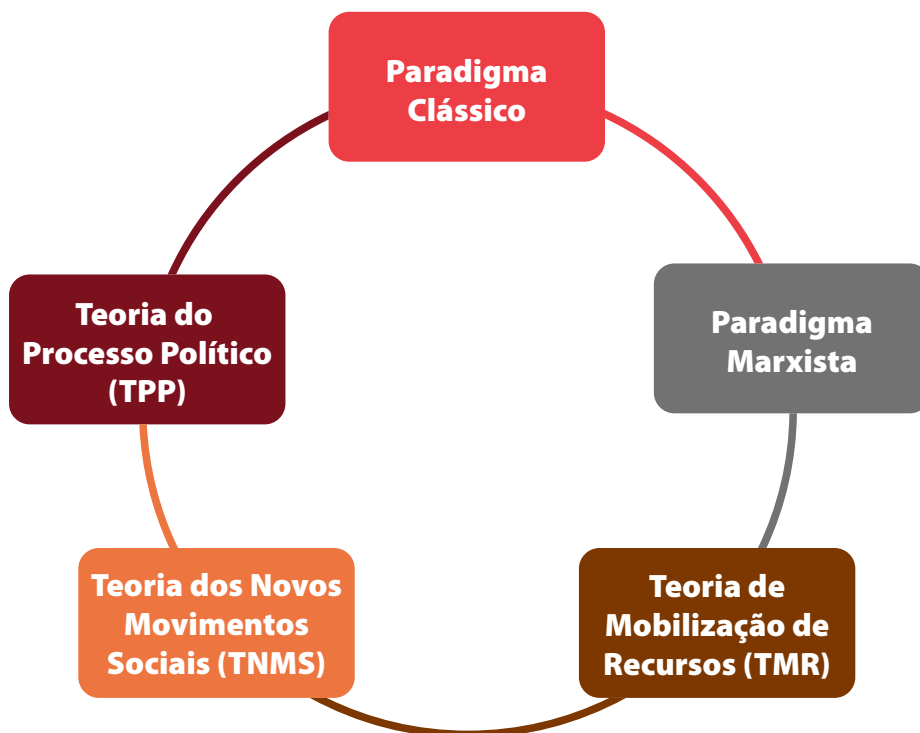


Figura 2: Matriz das vertentes das Teorias dos Movimentos Sociais
Fonte: elaborada pelos autores.

A **Teoria de Mobilização de Recursos (TMR)** mantém vasta proximidade com a teoria da escolha racional, prevalecendo a compreensão da racionalidade das mobilizações coletivas, uma vez que “[...] longe de emotiva, a decisão de agir seria ato de deliberação

individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos”. (ALONSO, 2009, p. 52) Alguns autores questionavam as mobilizações esporádicas, apesar de os interesses de classe e privações serem constantes, daí que o essencial para a TMR

[...] seria investigar o processo pelo qual os recursos necessários para agir coletivamente são mobilizados – por exemplo, dinheiro, estruturas, contatos, conhecimento, ativistas, apoiadores e tempo. Dessa forma, além de racionais, as mobilizações seriam formas legítimas de ação política e os respectivos ativistas seriam bem integrados à vida social. (McCARTHY; ZALD, 1977 *apud* BRANDÃO, 2011, p. 126)

O que a TMR enfatiza na compreensão do surgimento dos movimentos sociais são as estratégias de organização de uma mobilização coletiva, ou melhor, a qualidade dos recursos disponíveis a um determinado grupo de interesse. Dessa forma, a participação institucional seria resultado da capacidade de agregação de recursos por parte dos mobilizadores, sendo que

[...] os grupos desprovidos dos recursos necessários para garantir um amplo acesso à esfera institucional lançariam mão de formas de ação não institucionalizadas por meio da mobilização coletiva. Assim, as manifestações, passeatas, greves e ações violentas seriam recursos produzidos para, face às barreiras da política institucional, buscar a realização de interesses por meio de ações não institucionais. (BRANDÃO, 2011, p. 127)

Luciana Tatagiba (2007) ressalta a preocupação da TMR com o “como” da mobilização, direcionando suas ênfases para os recursos e as dimensões organizacionais do movimento, sendo um pré-requisito para a ação coletiva. Para Buechler (2000), citado pela autora, a ação de um indivíduo racional é preconizada por uma participação no movimento enquanto resultado do cálculo e balanços entre custos e benefícios. Está fora desse esquadro qualquer tipo de solidariedade calcada na ação de sujeitos reafirmados em classes sociais.

Outra análise de Buchler refere-se à definição dos movimentos enquanto extensão da política por outros meios, sendo uma forma de organização política semelhante a outros grupos de interesse, partidos, etc. Sendo uma extensão, o papel dos apoiadores externos é crucial para o sucesso dessas mobilizações, cabendo aos “[...] líderes do movimento, atuando como ‘empresários’, captar recursos nesse mercado dos movimentos, sempre tão competitivo, estabelecendo alianças e ampliando a sua rede de apoios – tarefas que têm produzido um alto nível de profissionalização nas lideranças dos movimentos”. (BUECHLER, 2000, p. 37 *apud* TATAGIBA, 2007, p. 14)

A crítica de Tatagiba à TMR parece pertinente, uma vez que, a olho nu, a interação entre os movimentos sociais e o sistema político está posta, mas isenta de tensões. Os

movimentos não pretendem transformar o sistema político, mas basta meramente acessá-lo. Os limites dessa estratégia de sobrevivência de grupo expõe o fato de que o movimento perde autonomia, na medida em que tende a permanecer “refém” de mediadores poderosos capazes de satisfazer, em um primeiro momento, os indivíduos afiliados aos benefícios racionalmente calculados.

A autora também argumenta que a proximidade dessas mobilizações fundadas nos recursos tem custos efetivos, “[...] medidos não a partir dos seus impactos sobre a identidade ou coesão do grupo, mas sobre a forma como podem constranger escolhas futuras” (TATAGIBA, 2007, p. 14). Na TMR, a diversificação das alianças e fontes de recursos é crucial para a autonomia do movimento, mas, a depender do tipo de interação com mediadores (interesses), é possível prever o impacto negativo no grau de autonomia do movimento para formular suas estratégias de ação mais ou menos radicais (KRIESE, 1996 *apud* TATAGIBA, 2007)³, sendo ambivalentes os resultados da aproximação com o campo institucional.

Nessa direção, em que pese o poder material dos recursos na mobilização coletiva, um dos *limites* da TMR tende a ser o seu afastamento relativo à representação política como um elemento capaz de interferir na capacidade de mobilização, quando temos atores que agem guiados por valores e estratégias conduzidas em compasso com os partidos políticos, por exemplo. Ou seja, um certo movimento social pode ser balizado por ativistas guiados pela representação de partidos ou mesmo de um projeto político mais amplo e ambientado na sociedade política. (DAGNINO, 2006)⁴. Esse contexto é bastante propício para mover perguntas em direção à conjuntura latino-americana e à ascensão de mobilizações esvaziadas de recursos, e diante de sociedades autoritárias e patrimonialistas que racionalmente ofereciam altos custos aos participantes.

O que está em questão como pano de fundo não é a perda de autonomia diante do apoio externo dado aos movimentos analisados pela TMR, mas a incapacidade analítica de entender que os movimentos interagem em contato com outros atores da sociedade civil. Sendo assim, entendemos que os movimentos sociais se entrecruzam na sociedade civil e na sociedade política.

³Tatagiba cita como exemplo concreto da análise de Kriese, o caso do movimento Solidariedade na França, que foi adotando posições mais moderadas à medida que aumentava a participação dos fundos públicos durante o governo do partido socialista de Mitterrand, o que a médio prazo pode ser fatal na capacidade de mobilização do movimento.

⁴Uma crítica frontal à TMR encontra-se nos argumentos de Brandão (2011, p. 127): “[...] a excessiva racionalidade da Teoria de Mobilização de Recursos acabou por subestimar a importância da cultura. Ao tomar como unidade de análise o ator individual, não se atentou para o complexo processo de formação de uma identidade coletiva, assim como para o poder da formação de solidariedades no processo de mobilização coletiva. A chave de análise da Teoria de Mobilizações de Recursos também era excessivamente conjuntural, sem considerar as mudanças macroestruturais ou tampouco as transformações culturais e políticas de longo prazo”.

A vertente europeia foi responsável por parte das críticas aos teóricos da mobilização de recursos, assim como os teóricos da **Teoria do Processo Político**, que veremos mais adiante nesta primeira unidade. A análise de Tatagiba (2007, p. 147) citando Tarrow (1997 [2008]) é que

[...] o problema da ação coletiva é social e não individual. O problema, segundo Tarrow (dialogando com a MR) não é convencer as pessoas a participarem, mas como manter uma ação continuada visando um objetivo comum (Tarrow, 1997, p. 27). Ou seja, a questão é como criar, coordenar e manter a ação coletiva entre participantes que carecem de recursos mais convencionais e de objetivos programáticos mais explícitos.

A vertente europeia enquanto norteadora da **Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)** apresentou críticas semelhantes, principalmente ao *framework* da TMR, que estaria muito preocupada nas estratégias isoladas e de cálculo desses atores individuais para a realização das mobilizações coletivas.

Alguns autores se destacaram imensamente na construção da TNMS, como Alain Touraine (1985), que analisara, a partir da década de 1970, as mudanças estruturais do ocidente em decorrências da “sociedade pós-industrial”. Conforme diz Brandão (2011, p. 128), “[...] na qual a produção industrial e o trabalho perdem a proeminência na organização da vida social”.

Tal argumentação é semelhante ao que Melucci (1985) em várias obras, já identificara: os conflitos não estavam mais matizados por bens materiais, sendo predominantes as disputas por questões simbólicas na criação de movimentos sociais “soltos” daquela morfologia pesquisada até meados da década de 1960 pelo paradigma clássico, especialmente, no que se refere à tradição marxista (ortodoxa).

Para Touraine (1985), os novos movimentos sociais estariam próximos de um *ethos* vivificado pela cultura, mas na forma de disputa pelo controle dos padrões culturais, enquanto um dos tipos de conflito mais preconizados pela modernidade. O que isso quer dizer é que, à medida que a dominação obtivesse um caráter cultural, tais conflitos levariam à criação e ao fortalecimento de sujeitos coletivos por excelência. (BRANDÃO, 2011) Na verdade,

[...] técnica e cultura passariam a interpenetrar-se, as distinções entre mundo público e privado teriam se nublado, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada (família, educação, sexo) e ganhassem dimensões simbólicas. (ALONSO, 2009, p. 60)

De uma maneira geral, o que pretende a TNMS é compreender de que forma os movimentos sociais abandonam a luta das suas bandeiras como objetivo de conquista da esfera estatal⁵ em promoção da **sociedade civil** enquanto terreno das lutas sociais. O diálogo com Jürgen Habermas (2003) aproxima de algum modo ambos os autores, posto que ele busca argumentar que a emergência dos novos movimentos sociais traduziriam formas de resistência à colonização do mundo da vida. Para Alonso (2009, p. 67), a TNMS defende que

[...] suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo.

Esse lugar habermasiano do mundo da vida, a sociedade civil, detém instituições que não se equivalem nem ao mercado nem às estruturas burocráticas do Estado; há instituições especializadas na reprodução de tradições (cultura), solidariedade (sociedade) e identidades (personalidades), de acordo com Cohen e Arato (2002) A descolonização⁶ do mundo da vida permite a racionalização e a tomada de posição por atores ligados aos movimentos sociais (sociais, porque inerentes à sociedade civil).

Sérgio Costa (2002, p. 49 apud PAIVA, 2014, p. 121) compreende que Cohen e Arato influenciaram Habermas, sendo que, para ele,

[...] o lugar social de geração de opinião pública “espontânea” posto que ancorada no mundo da vida, e, simultaneamente, como o elenco de atores sociais habilitados para conduzir os impulsos comunicativos condensados nas esferas da vida cotidiana às demais órbitas sociais.

⁵ A luta no âmbito estatal tem sido compreendida por parte dos marxistas enquanto uma luta de partidos sob o apoio de movimentos sociais que agregariam a classe trabalhadora. Não é à toa que o primeiro deslocamento analítico necessário ao analisar esses movimentos é o seu alijamento dos partidos e de estratégias de combate ao sistema político, seja de “dentro” ou “por fora”.

⁶ Ângela Paiva (2014, p. 121), em um artigo seminal sobre as teorias dos movimentos sociais, entende que “[...] a descolonização do mundo da vida é fundamental para entender o momento em que o mundo que é dado sem questionamentos pode ser contestado. É uma contribuição importante para a teoria crítica contemporânea, que encontra ainda na teoria do reconhecimento uma das mais importantes vias para o questionamento do mundo capitalista contemporâneo [...] representando potencial heurístico para entender o movimento social”.

No debate sobre o agir comunicativo de Habermas, a autonomia da esfera pública em relação ao Estado parece não dar atenção ao fato de que o mercado se legitima mantendo relação com o Estado. No entanto, a questão da autonomia remete ao debate da TNMS, assim como as revisões de Touraine (1989) ao admitir que, analiticamente, a realidade latino-americana não tinha feito desaparecer as demandas econômicas (materiais), mas produzido uma combinação *sui generis*. (BRANDÃO, 2011, p. 129) Para este autor,

[...] ao se restringir ao plano societário, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais deixou de considerar uma dimensão central no cotidiano dos movimentos sociais: a sua relação com a dinâmica político-institucional. Nesta visão, a produção de mudanças por meio da ação de um movimento social dependeria de uma autonomia do mesmo em relação à política institucional.

A limitação inerente à TNMS tornou-se uma crítica da **vertente relacionada aos estudos de norte-americanos** preocupada em entender o papel dos movimentos sociais enquanto política (TILLY, 2010), isto é, os movimentos sociais devem ser analisados diante de contextos históricos, que ajudam na medida em que explicam por que os movimentos sociais incorporaram algumas características ao longo dos tempos que os distinguiram de outras formas de política. Analiticamente, a história ajuda a transitar o fenômeno dos movimentos sociais aos cenários políticos cambiantes que geram oportunidades para o surgimento e permanência dos movimentos sociais.

Tais considerações foram sintetizadas mais uma vez por Brandão (2011, p. 127-128) ao analisar o cerne ligado à definição dessa vertente norte-americana, e aqui reproduzimos um longo trecho, mas conclusivo:

[...] em seu *Models and realities of popular collective action*, escrito em 1985, Charles Tilly procurou construir um modelo de (inter)ação estratégica na qual o conflito e a ação coletiva descontínua e dinâmica seriam características centrais para se compreender os movimentos sociais. Para ele, as teorias anteriores (principalmente as teorias do comportamento coletivo e as primeiras versões da teoria da mobilização de recursos) não explicam as conexões entre a decisão individual e a decisão coletiva, assim como, ao utilizarem modelos individualistas (single-actor models, como o de rational choice), não percebem que o componente principal da ação coletiva é justamente a interação estratégica intra e intergrupos. Tilly defende a necessidade de se abandonar o uso de modelos estáticos e explicações causais; segundo o autor, ao focarmos o olhar nas interações, é possível desenvolver um modelo no qual a ação coletiva seja compreendida enquanto uma ação dinâmica dentro de um modelo propositivo de interação com atores múltiplos [...] Tilly retoma a compreensão marxista de que o conflito é inerente à nossa sociedade, utilizando-a em sua definição dos movimentos sociais. Dessa

forma, ele afirma que: “um movimento social consiste em um desafio sustentado aos detentores de poder em nome de uma população morando sob a jurisdição daqueles detentores de poder, por meio de repetidas manifestações públicas do número, comprometimento, unidade e valor. Um movimento social pressupõe interação contenciosa; ele envolve a realização mútua de demandas entre os desafiantes e os detentores de poder” (Tilly, 1993-1994, p. 7 tradução minha). É importante ressaltar aqui o caráter relacional e processual da sua análise, em contraposição às definições “substancialistas” de Habermas (1981) e Touraine (1989). Tilly, ao contrário, enfatiza os processos de interação entre os atores sem definir *a priori* quais demandas e interesses fazem parte do que podemos chamar de movimentos sociais. Para a Teoria do Processo Político – especialmente para Charles Tilly, Doug McAdam, Sidney Tarrow, Jack Goldstone e Mário Diani – falar em movimento social significa falar em ação coletiva, em interação entre atores em prol de algum objetivo ou valor.

1.4 Movimentos sociais e sistema político: um desenho teórico relevante

As organizações partidárias assumem uma função estruturante nos sistemas políticos representativos. Umberto Cerroni (1982, p.13), citando Antonio Gramsci, presume que “[...] la história de um partido [...] no podrá dejar de ser la historia de un grupo social determinado”. Tais características possuem uma anatomia dos partidos de massa de caráter socialista. Não obstante, nos dias atuais, as novas configurações partidárias ambientam-se na frente institucional (político-eleitoral), sendo que não eliminam o caráter ideológico deles, mas apresentam um formato voltado para a tática *catch all*, em que há um comportamento maximizador de ganhos eleitorais e a busca pela ocupação de cargos na esfera governamental, valendo-se de uma heterogeneidade social em que se diminui a identidade social e política dos seus membros

Alguns autores analisam a relação entre movimentos sociais e partidos políticos destacando a interdependência entre ambos. A literatura gramsciana apresenta concepções de partido cumprindo um papel unificador de interesses gerais, atuando junto ao movimento social como um agregador de interesses, pois os movimentos sociais, antes de negarem as instituições formais, buscariam construir uma relação de “[...] junção de esforços para consolidar a representação política e atuar sobre a instância institucional no intuito de transformar as relações sociais”. (RUSCHEINSKY, 1999, p. 34) Essa interpretação ressalta a conexão existencial entre sociedade civil e sociedade política,

sendo reiterada por grande parte dos movimentos sociais, mesmo que reivindicado o caráter autônomo dos movimentos.

O relacionamento entre partidos e movimentos sociais pode incidir numa cooperação ou cooptação, salientando mecanismos de controle que decidem de forma independente, em fóruns próprios, às expensas de uma “representatividade”, quer dizer, falar “em nome de”. Para Gohn (2004, p. 251-252), movimentos sociais são expressões de poder da sociedade civil e

[...] são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios, e disputas vivenciados pelos grupos na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum [...] os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal- e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política [...] eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.

A relação com as organizações políticas se dá de forma estratégica pelos movimentos, pois “[...] historicamente, a igreja, os partidos e sindicatos têm representado as fontes principais das relações de aliança com os movimentos populares em termos de assessorias”. (GOHN, 2004, p. 257) Os partidos de massa, situados ideologicamente em sua maioria à esquerda, desejam e se planejam em estar/ser movimentos sociais, canalizando tais demandas em um projeto com vistas a alcançar o Estado.

A relação entre movimentos sociais e partidos políticos revela-se através de dois prismas: a predominância de uma “política de autonomia” evocada por ambos os lados e a predominância da “rejeição”, dando vez, em grande parte, a uma negação *da política* e, sobretudo, das organizações partidárias.

A rejeição aos partidos não é algo recente nas sociedades democráticas.. Alguns partidos se configuraram ao longo do tempo como um espaço gerador de utopia, de embate de ideias, interpretação de conjuntura, formação político-filosófica, isto é, uma grande “ágora” de invenção da política.

Nos últimos anos, tem se destacado no âmbito da sociologia e da ciência política brasileira o aporte teórico-metodológico com ênfase na abordagem relacional entre os movimentos sociais e a criação de novos atores político-institucionais, isto é, atores da sociedade que mantêm conexão com o sistema político ou estão situados nele. Este esforço destacado no mapeamento desta literatura é presente na pesquisa de Tatagiba (2007, p. 18), uma vez que “[...] embora busquem afirmar sua independência, movimentos e atores político-institucionais mantêm e/ou buscam manter relações estreitas e que essas relações são permeadas por contradições e ambivalências”.

Essa agenda de pesquisa mostra-se bastante preocupada com a interação entre sociedade e Estado, compreende a TPP, que tem como referência central as pesquisas ancoradas em Charles Tilly. A caracterização dos conceitos relacionados às *contentious politics* (TILLY, 2010, p. 136), grosso modo, compreende os

[...] movimentos sociais como uma forma contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desse alvo, ou monitores da contenda.

Para Tilly, somente é possível estudar os movimentos sociais diante da aplicação de uma visão ampla que os relacione com outras formas de ação política (ABERS; BÜLOW, 2011). Ao lado desses autores, destacam-se também Doug McAdam e Sidney Tarrow (2011, p. 21-22), que definiram em trabalho recente a contribuição de Tilly para a construção de um novo arcabouço teórico, delineando, portanto, elementos analíticos de aproximação entre movimentos e sistema político:

[...] a figura chave, cujo trabalho vinculou política institucional e política dos movimentos desde o início, foi Charles Tilly. Desde sua tese de doutorado, *The Vendée* (1964), passando por suas obras mais importantes no Reino Unido (1994) e na França (1986), até o ápice de sua carreira, com *Contentious Performances* (2008), Tilly rejeitou a estreita divisão das especialidades acadêmicas em favor de um conceito muito mais amplo, a que chamou de “política contestória” [...] No centro da sua perspectiva encontra-se a afirmação de que os movimentos sociais e os sistemas de política institucional são mutuamente constitutivos; de que para entender o fluxo e refluxo dos movimentos, estes precisam ser vistos, pelo menos em parte, como um produto de mudanças em sistemas de política institucionalizada; e de que o inverso também é verdadeiro: mudanças na política institucionalizada muitas vezes resultam de movimentos, um ponto que – junto com Tilly – já discutimos em outro trabalho (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001), e que ele desenvolveu em sua obra *Regimes and Repertoires* (2006).

Analisando a *Teoria do Processo Político*, Alonso (2009, p. 29) entende que

[...] esta perspectiva afeta a compreensão das instituições políticas. A mobilização baseia-se num conflito entre partes, uma delas momentaneamente ocupando o Estado, enquanto a outra fala em nome da sociedade. Essas posições são variáveis, os atores migram entre elas. Por isso, a análise tem de suplantar as barreiras convencionais que definem “Estado” e “sociedade” como duas entidades coesas e monolíticas. Assim, em vez de definir a equação como movimentos sociais versus Estado, a TPP opõe “detentores do poder” (os membros da *polity*), que têm controle ou acesso ao governo que rege uma população (incluídos os meios de repressão), e “desafiantes”, que visam obter influência sobre o governo e acesso aos recursos controlados pela *polity*. Um movimento social é definido, então, como uma “interação contenciosa”, que “envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder”, em nome de uma população sob litígio. (Tilly, 1993)

Abrindo-se também a debates teóricos mais amplos, Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) desenvolvem analiticamente argumentos em torno da interação entre sociedade civil e sociedade política, chamando a atenção acerca da incompreensão em torno dessa relação, o que em muitos casos contribui, no âmbito da teoria e da empiria, para isolar a sociedade civil da sociedade política, ignorando as suas relações, como se as disputas em torno da democracia fossem submetidas à representação eleitoral, descartando completamente os projetos políticos em disputa na sociedade. O objetivo não é subverter a ordem de predominância sobre a explicação do fenômeno, mas, de algum modo, validar a interação como algo que redobra a importância dos movimentos sociais e as suas conexões com o sistema político.

Os autores destacam a perspectiva de interação entre “Estado” e “sociedade” através da trajetória dos sujeitos diante destes espaços, mas também no compartilhamento de projetos políticos enquanto um “[...] conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”. (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 38)

Tal perspectiva surge muito bem delineada na pesquisa de Abers e Bülow (2011, p. 78), que buscam avançar a produção de pesquisas de caráter “relacional” que destaquem os movimentos sociais enquanto ação coletiva, na medida em que

[...] para compreender as múltiplas formas de intersecção entre movimentos sociais e o Estado, não só é relevante teorizar sobre como movimentos sociais constroem

vínculos de colaboração com o Estado, mas também deveríamos compreender como, às vezes, movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal.

Antes disso, Wampler (2010 *apud* Tatagiba e Blikstad, 2011, p. 183) atenta para a necessidade de se compreender as consequências da participação no cenário político-institucional de interação entre Estado e sociedade:

[...] instituições de gestão participativa estão, agora, produzindo novas redes, novos mecanismos de comprometimento sobre acordos afirmados e novos tipos de conexão entre ativistas de movimentos sociais, líderes comunitários, especialista de políticas públicas, burocratas, e as prefeituras [...] Deve haver pouca dúvida de que as interações entre Estado e sociedade civil sejam muito diferentes em 2010 do que em 1990 ou 2000 [...]. A gestão participativa contribui para inserir atores do Estado diretamente na sociedade civil, bem como líderes comunitários no Estado.



Figura 3: Como entender os movimentos sociais e a ação coletiva
Fonte: elaborada pelos autores.

Tatagiba e Blikstad (2011) expuseram em trabalho recente, relativo às dinâmicas que conferem à sociedade civil o sentido relacional estabelecido com a sociedade política. Para as autoras,

[...] as dinâmicas participativas a partir da descrição e análise das relações entre atores sociais e políticos institucionais pode oferecer novas chaves para avaliação dessas experiências e dos seus resultados. Particularmente importante seria avançar na compreensão do papel dos partidos e da militância partidária nesse cenário, um tema que, apesar de constante nos estudos de caso, ainda permanece pouco abordado de forma sistemática pela literatura da participação. Sabemos que muitas conquistas dos setores progressistas se deveram à articulação entre militantes dos movimentos e militantes partidários – papéis muitas vezes combinados num mesmo ator –, que favoreceu os fluxos de comunicação

e de trânsito entre as sociedades civil e política [...].Tomar a relação entre movimentos e sistema político como questão empírica e teórica a ser enfrentada significa reconhecer o espaço próprio que conforma e condiciona os esforços despendidos nos processos de interação. Partindo do pressuposto de que a natureza e a intensidade das relações entre movimentos sociais e atores políticos são diversas – assim como o tipo e o alcance de suas implicações –, imaginamos que no longo prazo um dos resultados desses investimentos poderia ser algo como uma “tipologia dos vínculos” entre movimentos sociais e atores político-institucionais. Essa tipologia talvez fosse capaz de conferir certa inteligibilidade a essas variações relacionais, problematizando suas consequências no que se refere à escolha e combinação dos repertórios de ação em conjunturas específicas. Mas, até lá, temos ainda um longo caminho pela frente. (TATAGIBA; BLIKSTAD, 2011, p. 212-213)

Essa nova geração de pesquisadores converge para a noção de que o debate não está mais centrado na explicação acerca da legitimidade dos atores políticos a partir do grau de “autonomia” frente ao Estado, tanto sim que é perceptível a inserção dos movimentos sociais nas instituições participativas a partir do cenário pós-transição no caso do Brasil (LAVALLE, 2012).



Sabendo um pouco mais

O debate sobre a autonomia dos movimentos sociais é de grande importância, visto que os estudiosos buscavam responder em que medida os movimentos sociais estariam subordinados a agentes sociais externos, como partidos políticos, empresas e, sobretudo, o Estado.

Um fato a ser levado em consideração é que os movimentos sociais podem mudar os tipos de mobilização ao longo dos acontecimentos diante da Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) e os *frames* construídos na base da constituição desses movimentos, algo que dialoga com um esforço semelhante e anteriormente produzido por Eder Sader (1988) ao buscar caracterizar as matrizes discursivas dos movimentos sociais urbanos que atuaram com destaque nas décadas de 1970 e 1980.

Há, evidentemente, uma **superação dos velhos dilemas** que marcaram uma parte da produção acadêmica sobre os movimentos sociais, no que se refere a Kowarick (1987) e Cardoso (2004), quando analisam a importância dos movimentos sociais “inimigos” do Estado, em busca da preservação da autonomia. Tivemos a construção de uma simplificação teórica que resumiu os movimentos sociais a atores “reativos” (BOSCHI, 1987), preocupados em confrontar o Estado, favorecendo lacunas teóricas e empíricas, que de antemão pouco buscavam avançar o diálogo com outras vertentes que explicavam os movimentos por caminhos analíticos distintos.

A teoria do Processo Político (PP) se destaca pelo seu objetivo de suprimir em termos conceituais a separação entre movimentos sociais e o Estado, já que, para Tilly (2010), somente é possível estudar os movimentos sociais diante da aplicação de uma visão ampla que os relacione com outras formas de ação política (ABERS; BÜLOW, 2011). Ao lado desse autor, destacam-se também Doug McAdam e Sidney Tarrow (2011, p. 21-22), que definiram em trabalho recente a valiosa contribuição de Tilly para a construção de um novo arcabouço teórico imbuída em operar a aproximação entre movimentos e sistema político.

Para Euzenía Carlos (2015), as teorias da Mobilização de Recursos (MR) e do Processo Político tiveram êxito ao concentrar suas pesquisas na busca das condições de emergência, desenvolvimento e sucesso da ação coletiva. Na MR, o foco é a racionalidade dos indivíduos, fruto de um cálculo de custos e benefícios da participação (McCARTHY; ZALD, 1973; 1977).

As críticas de Tarrow (2009) à MR reside no caráter individual e racional dos movimentos sociais, ignorando a relevância da dimensão societária da ação coletiva por meio da valorização analítica do contexto político-institucional. A sua proposta de analisar as estruturas de incentivos e/ou constrangimentos externos aos movimentos sociais resultou no conceito desses movimentos como estruturas de oportunidades políticas e como atores que são encorajados ou desencorajados a se engajar no confronto político, sendo as oportunidades uma das dimensões que compõem a emergência de um movimento social (TARROW, 2009); ou seja, as oportunidades políticas dão surgimento à ação coletiva “para representar demandas sociais e da sua capacidade de influir nas instituições políticas no sentido de torná-las acessíveis aos seus reclamos” (McADAM; TARROW; TILLY, 2001 *apud* CARLOS, 2015, p. 22).



Sabendo um pouco mais

Charles Tilly nasceu em Lombard (1929), cidade próxima a Chicago, e cresceu durante a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, fatos que marcaram a sua personalidade. Fez seus estudos na Universidade Harvard, no Departamento de Relações Sociais, e na Universidade de Oxford, Balliol College. Graduou-se em 1950, e obteve seu Doutorado/Ph.D, em 1958, em Harvard. Tilly faleceu vítima de um linfoma, num hospital no Bronx, em Nova Iorque, no ano de 2008 (Fonte: Wikipedia). Atuou na Universidade de Delaware, na Universidade Harvard, na Universidade de Toronto, na Universidade de Michigan, de 1969 a 1984, e na Universidade Columbia, onde foi professor de ciências sociais, último posto acadêmico que ocupou. Tilly também teve um passagem pela Escola de Annales em França. Em Harvard, sua formação acadêmica foi influenciada por Barrington Moore, Pitirim Sorokin, Samuel Beer e George Caspar Homans. Com ênfase na sociologia histórica e na sociologia política. Tilly foi professor-assistente de Pitirim Sorokin. Escreveu inúmeros livros sobre as relações entre política, economia e sociedade. Sua produção intelectual foi impressionante, publicou mais de 50 livros e 600 artigos. Considerado o fundador da sociologia do século XXI, e um dos sociólogos e historiadores mais importantes da atualidade.

Para Euzeneia Carlos (2015), a teoria do PP, assim como a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), perde a capacidade analítica de produzir uma observação sobre as nuances das conexões entre movimentos sociais e o sistema político na medida em que se prende à separação entre sociedade civil e Estado como operação normativa do liberalismo, como já havia ressaltado Evelina Dagnino (2004) diante da contribuição analítica em explorar a dinâmica de interação entre sociedade civil e sociedade política na construção democrática nos países latino-americanos. Abers e Bülow (2011) seguem na mesma direção, criticando a perspectiva de que os ativistas interagem com o Estado e não participam diretamente da gestão estatal. Tal compreensão, para as autoras, pouco avança no reconhecimento de “algumas das relações complexas que existem entre pessoas no aparato estatal e aquelas que agem a partir de organizações de movimentos sociais” (p. 64). Independente das dimensões de análise dos temas empiricamente situados nas pesquisas, os movimentos

sociais continuam sendo atores centrais dos processos e dinâmicas de protestos (GOHN, 2012).

De alguma maneira, os teóricos do PP se fecham a compreender a ação coletiva dentro da dinâmica “disruptiva” (protesto público) e de intensa mobilização não institucionalizada, como algo de natureza política *outsider* ao sistema político (GAMSON, 1990; DALTON; KUSHLER, 1990 *apud* CARLOS, 2015). Tal definição envolvendo formas de ação coletiva sem conexão com o Estado revela um “fetice da autonomia”, como se os sujeitos coletivos não ocupassem as esferas de poder do sistema representativo, buscando obter ganhos políticos eleitorais em espaços governamentais.

Na literatura sobre os movimentos sociais, chama a atenção, dentro das agendas de pesquisas sobre os movimentos sociais, o debate da autonomia como signo da não relação dos movimentos com o Estado.

Jack Goldstone (2003) avança o debate entre os teóricos do PP entendendo que em Tilly (1998) se encontra a limitação referente à separação entre movimentos sociais e sistema político, ao afirmar que os movimentos buscam constranger e desafiar os detentores de poder político como se os movimentos sociais tivessem atores políticos dissociados e figurados de maneira oposta ao Estado. Uma provocação para debate sobre este aspecto é se o conceito de projeto político de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) pode sugerir uma resposta conceitual alternativa ao reiterar que os movimentos sociais possuem projetos políticos em disputa no terreno da sociedade civil e da sociedade política, em diálogo analítico com o conceito de matrizes discursivas (*frames*), como está estabelecido no âmbito da produção de Tilly, McAdam, Tarrow, entre outros. Em outros termos, a vantagem de interligar os projetos políticos como norteadores de ação e organização dos movimentos sociais, cujo projeto político tende a ser representado e incorporado por forças políticas que atuam no terreno institucional, como também já nos alertavam Cardoso (1987), Kowarick (1987) e Boschi e Valladares (1987) ao incorporarem em seus trabalhos a dimensão analítica da atuação estatal e os seus efeitos sobre os movimentos sociais com foco no caso brasileiro.

O que faltou à Tilly e aos demais teóricos da PP foi corporificar o fato de que uma parte significativa dos movimentos sociais se entrecruza com as instituições representativas diante da defesa de valores e princípios que são amalgamados pelos partidos políticos enquanto instituições que habitam os movimentos sociais e o sistema político transitando sob as insígnias da representação e da participação.

De algum modo, ainda está em curso na literatura do PP um diálogo analítico fértil com a teoria da representação em direção ao reconhecimento de que os sujeitos atuam em alguns movimentos sociais dentro de uma lógica de que ali podem semear valores e ações com vistas a se colocar de “frente” para o Estado, o que não quer dizer per se que os movimentos estarão atuando por dentro do sistema político para conseguir alcançar o sucesso das suas demandas (ANDREWS, 2001; CRESS; SNOW, 2000); afinal, as arenas estatais são constituídas por forças posicionadas na sociedade, sendo de difícil entendimento a existência de “militantes estatais”, daí que fica evidente um déficit analítico de diálogo com a teoria da representação, que olha o Estado como um espaço de competição política entre elites e demais grupos localizados na sociedade civil.

Os argumentos relevantes trazidos por Rebecca Abers e Marisa Von Bülow (2011, p. 63) apontam que os movimentos podem ser definidos como sendo inerentemente distintos do Estado, ou seja, “esse pressuposto impede que se capturem algumas das relações complexas que existem entre pessoas no aparato estatal e aquelas que agem a partir de organizações de movimentos sociais”. No entanto, inexistente aqui uma “sociologia” do Estado, suficiente para reconhecer que os governos e demais instâncias são dirigidas por interesses sob a liderança dos partidos políticos, os quais também se encontram em vários casos em diálogo via presença ou influência direta dos rumos dos movimentos sociais. Dentro de um olhar mais próximo de alguns estudos empíricos, dá para perceber que a ocupação de espaços no Estado por parte de ativistas se formam dentro das relações estabelecidas por dentro dos partidos políticos sob a dinâmica das disputas eleitorais, que fogem ao controle dos movimentos. A direção do Estado, em parte nas mãos dos partidos políticos, coaduna com uma setorização dos movimentos sociais no interior das organizações partidárias.

Sem uma conclusão posta, sugerimos aqui uma virada nas agendas de pesquisa na medida em que é necessário rever o lugar dos partidos políticos na teia complexa de interação entre movimentos sociais e a política institucional dentro de um esforço investigativo possível, conforme os trabalhos publicados de José Eduardo Szwako (2012), Luciana Tatagiba e Hugo Meza (2016), assim como de Breno Bringel e Alfredo Falero (2016), que propõem como aspecto teórico-metodológico “sincronizar” em termos causais os ciclos de protesto dos movimentos sociais latino-americanos com a ascensão temporal de governos progressistas na região.

Somos favoráveis aos argumentos de Tatagiba e Meza (2016) no que se refere a capturar os **partidos políticos** como espaço rico de interação com os movimentos sociais, levando a possíveis desdobramentos teóricos na proposição de novas categorias explicativas.



Glossário

Segundo Maria da Glória Gohn (2014), os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas de os indivíduos se organizarem e expressarem suas demandas.

Em suma, defendemos que a Teoria do Processo Político nos ajuda a entender melhor a ação dos movimentos sociais no Brasil, a partir da perspectiva da interação dos grupos com o sistema político (Estado, partidos, governos, etc.), estabelecendo uma dinâmica de ação coletiva dada sob a lógica interacional com outros atores sociais e políticos.

Independente da vertente escolhida, a definição teórica sobre os movimentos sociais é algo crucial para se proceder um estudo sobre os eventos de ação coletiva. Por isso, todas as pesquisas sobre o tema apresentam de antemão a **teoria** escolhida para se proceder empiricamente o que será estudado.

1.5 O conceito de repertório de ação

Com base na obra do sociólogo norte-americano Charles Tilly, o conceito de **repertórios** “revolucionou” a forma de se investigar os movimentos sociais, significando um conjunto de formas de ação que cada movimento possui e aplica ao longo do tempo, estruturando assim as formas de ação coletiva escolhidas pelos atores. Para Angela Alonso (2012, p. 26), citando Tilly, a noção de repertório fincou o pé na noção de “ação”, sendo, portanto,

um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (Tilly, 1995: 26, grifo meu).

Charles Tilly (1978) e Sidney Tarrow (2009) são, portanto, defensores dos movimentos sociais contemporâneos diante da perspectiva de valorização da chave explicativa do “confronto político”. Para eles, os movimentos sociais mantêm articulações constantes

com a política institucional (Estado, governos, partidos, etc.), ao passo que também podem estar institucionalizados. A posição dos autores busca contestar que as atividades realizadas por movimentos sociais são irracionais.



Glossário

Veja este trecho do artigo de Angela Alonso citado acima sobre o conceito de repertório: “de fins dos anos 1990 até sua morte, em 2008, Tilly retomou o conceito de repertório em configuração nova: intelectual consolidado, estrela do Departamento de Sociologia da Universidade de Columbia, acumulando prêmios nos Estados Unidos e na Europa, traduzido em várias línguas e emulado por legião de seguidores. Desta posição de mérito reconhecido e autoridade avalizada, e apressado pelo câncer, Tilly escreveu livros de consolidação de seus assuntos prediletos e em autorrevisão, respondendo ao cenário político-intelectual do século XXI. Com o 11 de setembro, a sociologia política se interessou pelas ações políticas violentas de nível global, ampliando seu escopo para além de conflitos sociais nacionais. Estudos sobre a globalização reavivaram o interesse pela difusão de ações e ideias entre esferas nacional e supranacional. Um dos livros de Tilly no novo milênio, com Sidney Tarrow e Doug McAdam, *Dynamics of contention* (2001), anda nestas duas direções, no anseio de abarcar todas as formas de mobilização e contramobilização, em escala planetária, numa única teoria do confronto político. De outro lado, uma concepção mais ampla de cultura se impôs nas explicações das mobilizações políticas. O assunto quente do momento, o terrorismo islâmico global, mais os “cultural studies” resultantes do surto pós-estruturalista anterior, e o sucesso da grande síntese teórica de Bourdieu, que postula a cultura como campo de conflito, puseram os temas culturais no centro dos debates na sociologia política. Surgiram, então, novas noções ambicionando ajuntar cultura e ação política. Jasper (2007) chama a atenção para a eclosão de abordagens construcionistas, apropriando-se do conceito goffmaniano de “frames” para investigar como injustiças sociais são percebidas cognitivamente, construídas discursivamente e difundidas via mídia, movimentos sociais e Estado (por exemplo, Snow & Benford, 2000). Cresceram também análises de retórica e semântica de discursos políticos e de narrativas de ativistas (Poletta, 2006); estudos sobre a presença de emoções coletivas nas mobilizações (Jasper & Goodwin, 2004); rituais de ação política (Alexander, 2006); e identidades coletivas produzidas por meio da ação política (Melucci, 1995)” (p. 27-28).

Veja agora um trecho deste artigo recente de Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014, p. 327) no qual o conceito de repertório é definido pelas autoras enquanto

escolhas feitas pelos movimentos não no que se refere ao conteúdo da ação coletiva, mas à sua forma. Tilly argumenta que quando ativistas decidem como organizar uma ação coletiva, eles a escolhem a partir de um portfólio finito de técnicas e práticas já experimentadas e que possuem legitimidade social e política. Exemplos clássicos são as marchas, petições e barricadas. Apesar da escolha de como organizar ser profundamente influenciada por experiências passadas e normas sociais, atores constantemente modificam seu repertório de ação coletiva, experimentando e combinando diferentes práticas em novas formas de organizar, mobilizar apoio e expressar demandas (Tilly, 1992; Tarrow, 2009; Clemens, 2010).



Comentário

Refleta comigo! Se você estivesse agora a pensar em uma pesquisa científica, de que forma você usaria o conceito de repertório para explicar um determinado movimento social?

1.6 Síntese da Unidade

1. O estudo dos movimentos sociais é marcado por diversas vertentes teóricas explicativas que foram desenvolvidas ao longo do século XX até a atualidade.
2. A primeira vertente é a que foi definida enquanto paradigma clássico e possui como principal característica o entendimento de que os movimentos eram “anômicos” e “irracionais”. Eles teriam um caráter disruptivo, ou seja, atuavam “contra” o restante da sociedade.
3. A vertente do paradigma clássico foi contraposto em meados do século XX pelo paradigma marxista que valorizava o peso da produção econômica e o papel das classes sociais nas análises que buscavam explicar os movimentos.
4. Mais três vertentes se somaram aos paradigmas anteriores na explicação dos movimentos sociais: a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e a Teoria do Processo Político (TPP).

5. Há no texto a construção descritiva dessas três vertentes e a ênfase na TPP, que se baseia no caráter relacional da ação coletiva, destacando a interação entre os movimentos sociais e o sistema político como uma característica dos movimentos contemporâneos.

6. Dentro da TPP, destacamos o conceito de repertório como uma ferramenta analítica adequada para explicar a ação coletiva dos movimentos sociais. relevantes na atualidade, porque é possível compreender as formas de ação e o caráter político desses repertórios dentro de uma amplitude marco-política (conjuntural).

UNIDADE 2 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS

Introdução da Unidade

Começaremos a trabalhar com um breve (e introdutório) mapeamento dos movimentos sociais brasileiros que têm sido relevantes social e politicamente nas últimas décadas de reencontro do país com a democracia, que tem como marco as mobilizações da sociedade civil pelas “Diretas já” (1984) e a efetiva redemocratização nos marcos da Constituição de 1988.



Figura 4: Principais movimentos sociais no Brasil, 2018.

Fonte: elaborada pelos autores.

Objetivo(s)

O nosso objetivo é que o aluno compreenda os aspectos que caracterizam a atuação dos principais movimentos sociais existentes no Brasil nas últimas décadas e os seus desafios de atuação no momento político atual do país.

2.1 Os movimentos sociais no Brasil nos últimos três séculos

Para Leonardo Avritzer (2012), vários aspectos estão presentes na ascensão de uma sociedade civil no Brasil: em primeiro lugar, a forma como o autoritarismo estatal lidou com a população do campo, que se viu obrigada a se transferir para as grandes cidades, gerando uma urbanização. A organização da população mais pobre do país visando lutar pelo direito aos serviços públicos essenciais é uma das origens da sociedade civil brasileira. Um segundo aspecto importante: o processo de modernização econômica levou a uma “tecnocracia de resultados”, que só incluía socialmente a classe média. Várias categorias tiveram organizações sociais preocupadas em disputar este projeto, que esteve muito presente no período autoritário de modernização conservadora do país (1930-1985). Segundo Avritzer (2012, p. 387), a terceira razão que

levou à reorganização da sociedade civil brasileira foi a oposição dos setores liberais e de classe média à ausência de regras e accountability nos processos políticos e civis, que transformou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em um dos principais grupos de oposição ao autoritarismo. Embora essas características estivessem presentes durante todo o período da democratização (1977 a 1988, quando a nova Constituição foi promulgada), elas interagiram com dois outros fatores que fizeram a sociedade civil mais ou menos autônoma vis-à-vis o Estado: o aprofundamento democrático que teve lugar durante e após o processo de elaboração da Constituição, e a forma como as reformas neoliberais interagiram com as responsabilidades dos atores da sociedade civil nas políticas públicas. É a partir do resultado dessa interação que diferentes padrões de relações entre Estado e sociedade civil surgiram. A sociedade civil brasileira ressurgiu durante o processo chamado de “liberalização” que começou durante meados dos anos setenta (O’DONNELL & SCHMITTER, 1986), momento em que o regime autoritário brasileiro liberou o controle em relação a algumas proibições de reuniões públicas de associações voluntárias, mas não sobre as regras de competição política (STEPAN, 1989). Assim, estudantes puderam reconstituir seu movimento, muitas categorias profissionais como arquitetos, engenheiros e advogados passaram a se reunir de novo e a reorganizar suas associações, muitos sindicatos começaram a ser dirigidos pela oposição e o Ministério do Trabalho não ousou intervir. Foi como resultado deste processo que muitas formas de organização da sociedade

civil surgiram: (1) a organização dos movimentos populares dos pobres urbanos em nível local (GAY, 1994; GOHN, 1991); (2) a organização do movimento sanitário por um Sistema Único de Saúde (ESCOREL, 1998); (3) O movimento para uma Reforma Urbana Nacional (SAULE JÚNIOR, 2005); (4) A organização de membros de associações profissionais, como advogados, médicos, professores universitários, entre outros e (5) o desenvolvimento de muitas formas de organização no campo brasileiro, incluindo o surgimento do MST (NAVARRO, 2002). Estes não são todos os movimentos que surgiram ao longo deste período. Movimentos feministas (ALVAREZ, 1990) e movimentos negros também surgiram nessa mesma época, ainda que inicialmente não tivessem tanta influência como os movimentos apontados anteriormente.

A modernização conservadora (em caráter parcial) posta em prática provocou mudanças na sociedade civil brasileira que impactaram no cenário de atuação dos movimentos sociais no país ao longo do século XX, embora saibamos desde a educação básica que existiram lutas e conflitos no país desde o século XIX, sendo as principais para Maria da Glória Gohn (2004, p. 18):

- 1- Lutas em torno da questão da escravidão.
- 2- Lutas em torno das cobranças do fisco.
- 3- Lutas de pequenos camponeses.
- 4- Lutas contra Legislações e Atos do Poder Público.
- 5- Lutas pela mudança do regime político (pela República ou pela restauração da Monarquia).
- 6- Lutas entre categorias socioeconômicas (comerciantes brasileiros x comerciantes portugueses).

Tais mobilizações eram, segundo Gohn, citando Manuel Correia de Andrade (p. 8-9)⁷:

movimentos populares liderados por homens do povo, como a reação indígena, os quilombos negros, as revoltas do período regencial e imperial – Cabanada da Amazônia, Balaiada do Maranhão e Piauí, Guerra dos Cabanos de Pernambuco e Alagoas, revolta dos negros Malês da Bahia, Quebra-quilos da Paraíba e Pernambuco etc. -, foram praticamente expulsos ou escondidos da nossa história.

⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *O povo e o Poder*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.

Durante o século XIX, a série de movimentos e lutas sociais apontou para um conjunto de mobilizações que estavam relacionadas à construção da cidadania no país com vasta influência do ideário liberal, que entre nós mais parecia com uma “revolução”, já que a luta pela independência e pelo abolicionismo assumiam contornos radicais na sociedade brasileira. O movimento pela independência pouco se colocou diante da defesa mais ampla de um processo de refundação republicana e liberal.

A **modernização brasileira** carregou vestígios da organização social e política do tempo colonial. A indistinção entre o público e o privado, para Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, repassa pelas relações sociais até o presente, sendo que

[...] a entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e anti-política, uma invasão o público pelo privado, do Estado pela família. (HOLANDA, 1995, p. 82)

O processo modernizante no país significou, sobretudo, a ascensão de um tipo de organização social que muito bem adaptou uma miríade de valores e estruturas sociais identificados com o arquétipo do atraso, outrossim, do velho regime colonial constituído de senhores de escravos/engenhos e dos seus herdeiros, a ascensão dos centros urbanos nucleados por fábricas arregimentadas pelo trabalho assalariado, além da modernização política destacada pela fundação da república. Economia e sociedade eram modernizantes, porém, lotadas em uma estrutura arcaica, o que, inclusive, refletiu o mundo privado na coisa pública.

O **domínio do privado sobre o público** pode ser observado na divisão “espiritual” do trabalho: Sérgio Buarque de Holanda (1995) discute o caráter do trabalho representado por uma visível repulsa ao trabalho manual, ou melhor, o estima à “inteligência”, que não é em essência o apreço pela especulação e a reflexão, sendo que

[...] a qualidade particular dessa tão admirada “inteligência” é ser simplesmente decorativa, que ela existe em função do próprio contraste com o trabalho físico, por conseguinte não pode supri-lo ou completá-lo, finalmente, que corresponde, numa sociedade de coloração aristocrática e personalista, à necessidade que sente cada indivíduo de se distinguir dos seus semelhantes por alguma virtude

aparentemente congênita e intransferível, semelhante por esse lado à nobreza de sangue. (HOLANDA, 1995, p. 84)⁸

O legado da colonização portuguesa constituiu-se na epidérmica relação paradoxal entre o “moderno” e o “atraso” a partir do século XIX, período evidenciado por lutas sociais que clamavam a independência e reformas sociais e econômicas – incluídas as instituições políticas – dirigidas à constituição de um regime liberal e republicano. Tais interesses e valores não estiveram a serviço de uma organização política popular, dada por trabalhadores e escravos.

A república no Brasil foi engendrada por uma elite impregnada, em verdade, pela negação de tais valores. Por causa disso, ocorre a adaptação na modernidade do **assenhoreamento** das instituições sociais e políticas comuns na colonização e, então, dispostos na modernidade. Não obstante, podemos definir a modernização brasileira assentada na configuração social da família patriarcal, que “[...] fornece, assim, o grande modelo por onde hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos”. (HOLANDA, 1995, p. 87) Nesse sentido,

[...] esse caráter puramente exterior, epidérmico, de numerosas agitações ocorridas entre nós durante os anos que antecederam e sucederam à Independência, mostra o quanto era difícil ultrapassarem-se os limites que à nossa vida política tinham traçado certas condições específicas geradas pela colonização portuguesa. Um dos efeitos da improvisação quase forçada de uma espécie de burguesia urbana no Brasil está em que certas atitudes peculiares, até então, ao patriciado rural logo se tornaram comuns a todas as classes como norma ideal de conduta. Estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade de casa-grande invadiu assim as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão das mais humildes. É bem típico o caso testemunhado por um John Luccock, no Rio de Janeiro, do simples oficial de carpintaria que se vestia à maneira de um fidalgo, com tricórnios e sapatos de fivela, e se recusava a usar das próprias mãos para carregar as ferramentas de seu ofício, preferindo entregá-las a um preto. (HOLANDA, 1995, p. 87)

⁸ A função social do trabalho como segregação e desigualdade social justifica-se na narrativa, persistente aos tempos modernos, de que um bom trabalho é aquele “que não se faz nada”. Esse estigma comum às raízes do Brasil transpõe-se na modernização brasileira, podendo ser vislumbrado no que concerne ao imaginário social de serviço público ou demais empregos que têm a sua qualidade vinculada ao grau de esforço pretendido, ou seja, o menor possível. Embora até os dias atuais parte da sociedade valore os empregos ditados pelo menor esforço, determinadas funções, de um modo geral, de domínio público têm *status* pela capacidade de transpor para a esfera pública o ambiente doméstico do afeto, da camaradagem, da amizade etc. Podemos pressupor, nesse aspecto, o papel importante que demonstram funções burocráticas pelo poder vetorial em fazer do Estado um “anexo” ao ambiente doméstico. Policiais, membros da receita e fazenda, do judiciário, dentre outros, têm o seu devido valor, porque são capazes de dar um “jeitinho” no intuito de prevalecer os interesses particulares.

As cidades corresponderam

[...] de fato a um desenvolvimento da tradicional dependência em que se achavam colocadas em face dos domínios agrários. Na ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre os indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência característica dessa classe. Toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial [...] Durante largo tempo, de algum modo até a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, constituímos uma estrutura *sui generis* mesmo comparados aos outros países americanos, àqueles, em particular, onde a vida econômica se apoiou quase totalmente, como aqui, no trabalho servil. (HOLANDA, 1995, p. 88-89)⁹

Historicamente, a formação social do Brasil foi marcada pela **estrutura colonial** ditada pelo colonizador. A cultura – a psicologia de um povo – foi determinante para a consecução das instituições sociais e das demais atividades em que o país se envolveu nos áureos da modernidade. As raízes tendem a persistir, uma vez que tais valores estão arraigados em uma sociedade em transformação, mas que absorve na modernidade o imenso potencial do “atraso”. Isso significa afirmar que a modernização do Brasil, iniciada a partir do século XIX com a chegada da Família Real, não foi capaz de resolver a nossa incapacidade de internalizar a *vontade*, isto é, estabelecer **valores** condizentes ao corolário da modernidade política representada pelas bases fundamentais dos ideais de democracia e república.

Não é demais referirmo-nos ao desenlace desse período em uma república de *bestializados*, que fundamentou os pilares republicanos e democráticos nos interesses da mesma elite social e política que reinara na sociedade colonial. Em verdade, os “cidadãos” da colônia foram os proprietários rurais que passaram a fazer das cidades um apêndice da zona rural, uma vez que a elite ainda residia em propriedades rurais. Como um todo, não é exagero afirmar que a nova modernidade sofreu adaptações dos velhos padrões patriarcais.

⁹ Para Holanda(1995), a sociedade no Brasil foi mal formada desde as suas raízes, sendo o colonizador o protagonista desse processo. E isso recobrando os impactos na modernização econômica, social e política do país.



Sabendo um pouco mais

Apesar de uma parte da sociedade apontar que os cidadãos brasileiros são pouco conscientes dos seus deveres e direitos, ao longo dos últimos três séculos aconteceram muitas revoltas, lutas e mobilizações no país. Somos um povo que se encontra há muito tempo mobilizado nas ruas e nas instituições políticas.

Para Caio Prado Júnior (2011), segundo a *Formação do Brasil contemporâneo*, a sociedade brasileira é resultado da herança colonial figurada em nossos problemas socioeconômicos. O Brasil resistiu a adentrar na modernidade, segundo ele, iniciada no século XVIII. O fracasso da modernização brasileira descende de falhas derivadas do colonizador e a falta de controle sobre a economia e demais estruturas da sociedade.

Segundo Holanda, a abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, sendo o porvir o desenho de uma estrutura social que acomoda à nova composição social os interesses tradicionais do modelo anterior. Mas, é importante ressaltar que a grande revolução brasileira

[...] não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico. Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco mais visível entre duas épocas. (HOLANDA, 1995, p. 171-72)

Em suma, a nossa revolução ocorreu sem rupturas e revoltas que possam desestruturar o status quo dos interesses elitistas do Brasil Colônia. A passagem para a modernidade intensifica-se com a permanência de elementos de “atraso”, como a “tradição” republicana, elemento que Luiz Werneck Vianna (2007) enuncia mediante a construção do quadro partidário brasileiro após a redemocratização em 1988.

As bases fundantes da sociologia da formação da sociedade Brasileira, operada pelo pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, se estabelecem a partir do estudo das raízes do Brasil, todavia, a sua obra fornece também subsídios para analisar o processo de formação da modernidade brasileira ainda com a virtude de lançar mão ao passado, no intuito de compreender o presente e o futuro. Isso explica, onde quer que essa confluência explicita vigor

– ou seja, a relação entre modernidade e “atraso” –, que caminhamos para a superação de uma época, mas a passos que são cadenciados pela energia de superação da velha sociedade colonial e patriarcal.

O que Holanda observou em suas obras foi o fato da implantação do regime republicano no Brasil ter sido realizada de uma maneira desordenada e abrupta, uma vez que não foi um movimento espontâneo da população, como acontecera nos Estados Unidos. Ocorreu o que era de se esperar, a velha aristocracia rural tratou de apoderar-se dessa nova forma de autoridade, distanciando-a de qualquer tipo de influência que os “cidadãos comuns” poderiam fornecer.

Acabou-se por substituir um regime parlamentar monárquico relativamente avançado por mais uma república latino-americana, quer dizer, a figura do imperador como um grande “pai” que protege a todos foi substituída pela do grande padrao provisório, que mudaria de tempos em tempos e seria escolhido especialmente pela elite de cada época. O que se viu depois disso foi uma conturbada história política delineada por casos de corrupção; favores pessoais; golpe; fraudes eleitorais; manipulação da população; miséria. Daí, podemos explicar as figuras tragicômicas da nossa história política posterior à proclamação da república (1889).

As lutas sociais e movimentos que marcaram o século XIX tiveram como eixo estratégico de mobilização: a) o confronto em torno da situação de escravidão; b) o radicalismo em torno dos ideais democráticos e liberais; c) enfrentamentos e tentativas de golpe ao regime político vigente. Enfim, houve um intenso período turbulento que culminaria com a proclamação da República em 1889 e um ano antes com a vitória do movimento abolicionista.

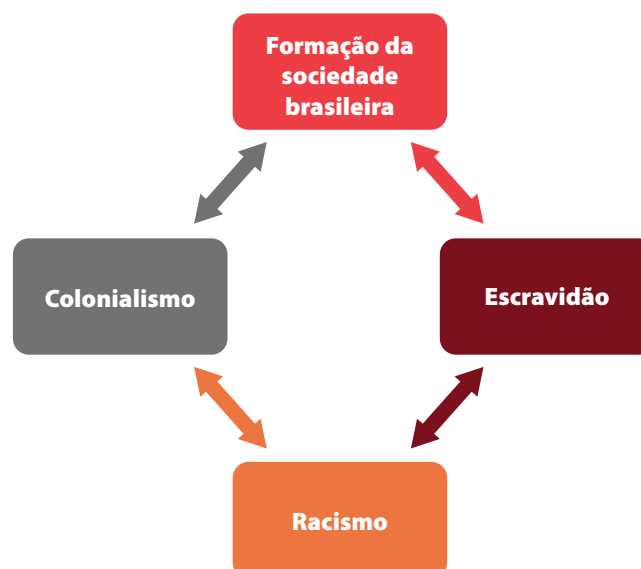


Figura 5: Bases da formação da sociedade brasileira.

Fonte: elaborada pelos autores.

Predominou no século XX o protagonismo de inúmeros movimentos sociais alinhados com o processo de modernização do país. Atualmente, o Brasil possui movimentos sociais quase idênticos aos que existem nos países desenvolvidos e historicamente mais longevos na formação das suas respectivas sociedades civis, é o que veremos a seguir resumidamente nos próximos tópicos.

2.2 Movimento sindical

Na sociologia, tornou-se recorrente nas últimas duas décadas a produção de estudos que confirmaram a crise do mundo do trabalho diante de mudanças operadas pelo mercado com a progressiva desregulamentação dos processos de trabalho, terceirização, enxugamento dos postos de trabalho e diminuição do número de trabalhadores sindicalizados (ANTUNES, 2000).

Para Maria da Glória Gohn (2010), a crise econômico-financeira que assolou de forma global os países em 2008 recolocara os sindicatos em evidência, no que se refere às mobilizações contra a onda de desempregos no mundo, fruto da crise. No Brasil, os sindicatos adquiriram um grau elevado de importância na organização social com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, o que os levou a uma situação formal e institucional em torno da sua existência por cada ramo de trabalho no país, ainda que sob controle do Estado, que detinha o poder de cancelar e oficializar a fundação dos sindicatos.



Sabendo um pouco mais

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é uma lei do Brasil referente ao direito do trabalho e ao direito processual do trabalho. Ela foi criada através do Decreto-Lei n.º 5 452, de 1 de maio de 1943 e sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo, entre 1937 e 1945, unificando toda legislação trabalhista então existente no Brasil (*Wikipedia*).

Os sindicatos no país apresentam um histórico de mobilizações sociais em duas dimensões: a) a luta de resistência ao autoritarismo e à ditadura militar, em especial;

b) mobilizações de grande relevância voltadas para aspectos internos das condições de trabalho (greves, ocupações, assembleias, campanha salarial, etc.).

Ainda segundo Gohn (2010, p. 132),

em 2009, o Brasil possuía seis organizações sindicais nacionais. A maior é a CUT – Central Única dos Trabalhadores, com 1.632 entidades filiadas. Segue a Força Sindical com 923. A seguir está a UGT – União Geral dos Trabalhadores, com 526 entidades. Esta central foi formada por sindicatos dissidentes da Força Sindical e da fusão de três outras centrais anteriores (CGT, SDS e CAT). A NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores, agrega 533 entidades; e a CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, tem 252 filiadas, e foi formada por dissidentes da CUT ligados ao PCdoB. A última, a CGTB – Central Geral dos Trabalhadores, tem 226 filiadas e surgiu de um racha da CGT. Além dessas, existe a Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, que em março de 2009 decidiu se desfiliar da CUT e se manter independente.

Diante da reforma trabalhista aprovada em 2017 no Brasil, ainda não se sabe quais serão os impactos imediatos no movimento sindical do país, que, apesar do envolvimento com as questões conjunturais enquanto uma “tradição”, se mostrou sempre mobilizado nos últimos anos em torno de greves, paralisações e outros tipos de protesto focados nas condições de trabalho.

Em um artigo de Ricardo Antunes e Jair da Silva (2015) sobre o sindicalismo brasileiro, é possível perceber a preocupação dos autores com o aumento de posições típicas de um sindicalismo negocial com o Estado, deixando de expor práticas de mobilização de confronto com o capital e as forças políticas estatais. Um dos maiores desafios na atualidade e que contemplará o ano de 2018 envolve as mobilizações conjunturais em torno das reformas propostas pelo governo Temer (previdência, privatizações, estabilidade no serviço público, etc.).

2.3 Movimento de Luta pela Terra

Os movimentos sociais rurais tiveram um salto no Brasil na década de 1990, essencialmente, denunciando a ausência de uma reforma agrária ampla e eficaz por parte do Estado brasileiro. A política de “branqueamento” fruto das imigrações iniciadas no século XIX e o cenário político com o fim da escravidão no país não

geraram igualdade social na vida daqueles que viviam na zona rural. Ao contrário, a pouca eficácia do desenvolvimento agrário levou a uma vasta urbanização das capitais brasileiras, que passaram a receber grande parte da população que vivia no campo.



Figura 6: Interrelação entre os movimentos de luta pela terra e as políticas agrárias no Brasil.

Fonte: elaborada pelos autores.

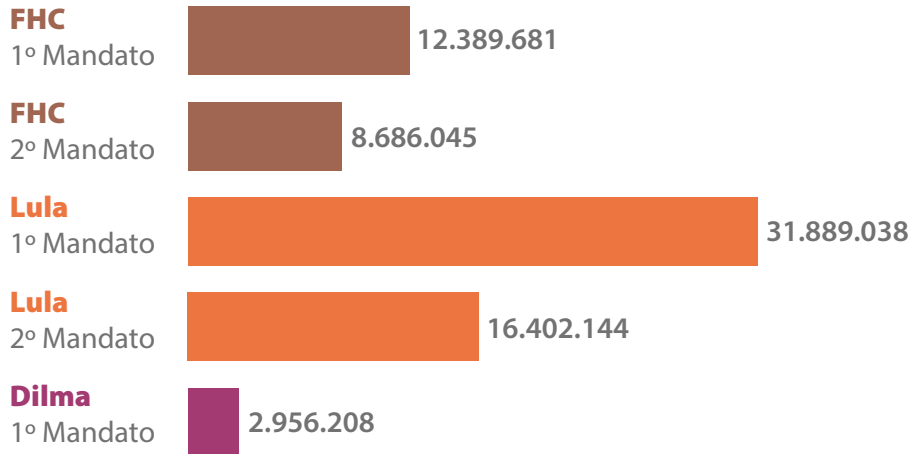
Neste novo milênio, já se tem mais de 80 movimentos rurais no Brasil (GOHN, 2010), sendo os principais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina (seção Brasil), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento de Luta pela Terra (MLT), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), as Comissões Pastorais pela Terra (CPT) e os sindicatos de trabalhadores rurais que se organizam por município.

O movimento mais conhecido é o MST, presente em todos os Estados do país e uma das principais entidades responsáveis pela pressão social e política no país em torno da reforma agrária. Dados **a seguir** colhidos do site G1¹⁰ apontam que a reforma agrária avançou no país nos últimos governos da década de 1990 para cá, contudo, ainda está abaixo da demanda exposta pelos movimentos. A necessidade da reforma em torno da posse da terra (governo “compra” as propriedades privadas via indenização e cede para os beneficiários cadastrados pelo INCRA) é a principal pauta do movimento, pois ter a terra é o passo inicial para produzir dentro de uma cadeia produtiva agroecológica que gera alimentos, levando até a mesa dos brasileiros.

¹⁰ Matéria completa sobre a reforma agrária disponível no link: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>. Último acesso: 22 novembro de 2017.

Área incorporada

Total de hectares destinados à reforma agrária



Infográfico 1: Áreas adquiridas pela União para fins de reforma agrária, 2014.

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>

Atualmente, a luta dos movimentos sociais rurais também perpassa pela questão ambiental, mas ainda tem como principais agendas de mobilização a questão da reforma agrária e a destinação de linhas de financiamento que garantam às famílias produtoras condições de levar os seus produtos para o destino final da compra por parte dos governos (merenda escolar) ou mercados do atacado e varejo.

2.4 Movimento Ambientalista



Figura 7: Matriz de organização social e política do movimento ambientalista.

Fonte: elaborada pelos autores.

Os movimentos voltados para a defesa e preservação do meio ambiente tiveram um enorme crescimento e protagonismo no país a partir das décadas de 1980 e 1990, fruto de um cenário marcado por conflitos indígenas (pelo uso das terras ou pela demarcação), problemas ambientais e desafios para o planejamento ambiental, que exigiam, nos marcos da Constituição Federal, uma interação permanente dos governos com a sociedade civil (conselhos, licenciamento ambiental, planos de manejo, educação ambiental, etc.).

Nessa direção, citamos novamente Gohn (2010, p. 83) para apresentar um mapeamento desses movimentos no país:

incluem-se movimentos que se misturam ou confundem-se com as ONGs e que se articulam a redes internacionais como o Greenpeace, Rainforest ou os movimentos nacionais, SOS Mata Atlântica, Ação Ecológica Chico Mendes, Movimento de Defesa da Amazônia, Conselho Nacional dos Seringueiros, etc. Na região Norte brasileira, especialmente na Amazônia, os movimentos de defesa do meio ambiente ultrapassam o território urbano e o próprio território nacional, abrangendo toda a região. É interessante registrar que no início dos anos 1990 os movimentos ambientalistas eram fortes, mas a maioria já se organizava e apresentava-se como ONG. De um total de 798 entidades que compunham o Fórum das ONGs brasileiras (que elaborou na época um Relatório para a conferência paralela ao evento oficial – a ECO 92), apenas 59 denominavam-se como “movimento” no seu próprio título. E apenas 8 eram associações de moradores.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92) mobilizou chefes de Estado, organizada pelas Nações Unidas e realizada de 3 a 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro. O evento foi um marco importante para o desenvolvimento dos movimentos ambientalistas, porém as mobilizações que ascenderam no país já carregavam o significado e a grande proporção desta pauta no cenário global, que, a partir da década de 1960, elevou o debate ambiental a uma das prioridades dos governos dos países organizados pela ONU.

Vale ressaltar que a problemática ambiental deixou de ser uma pauta “isolada” e restrita somente aos ambientalistas, estando presente em quase todos os movimentos sociais. A questão ambiental passou a ser um problema central para o funcionamento das grandes cidades periféricas pelo mundo: lixo, saneamento, poluição vinculada aos automóveis, indústrias, etc. São questões na ordem do dia de movimentos e governos e suas respectivas políticas públicas.

2.5 Movimento Estudantil



Figura 8: Matriz de mobilizações do movimento estudantil brasileiro, 2018.

Fonte: elaborada pelos autores.

A luta dos estudantes no Brasil sempre foi marcada contra a elitização do ensino, ou seja, de crítica à pouca inclusão das pessoas no sistema educacional. Para se ter uma ideia, a educação básica no país (ensinos infantil, fundamental e médio) só se tornou um dever do Estado com a Constituição Federal de 1988. O racismo, que vigorou no país durante as décadas do século XX, “branqueou” o sistema público de ensino, que não atendeu a grande parcela da população brasileira, uma herança do escravismo e da colonização racista que marcou a nossa história entre 1500 e 1988, apesar da instauração da forma republicana de regime político a partir de 1889. Vale ressaltar que o racismo existiu sempre de modo muito forte no ensino público desde o momento em que a educação pública foi implantada no país.

A população mais idosa deve lembrar dos “testes de admissão” ao ginásio (hoje nível fundamental), que selecionavam como um tipo de vestibular quem teria o privilégio de cursar a escola. A situação no ensino superior não era diferente, o que levou, segundo verbete disponível no CPDOC (FGV-RJ)¹¹, à

¹¹ Disponível no link: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/uniao-nacional-dos-estudantes-une>. Último acesso: 20 de dezembro de 2017.

fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) extra-oficialmente em 11 de agosto de 1937 por iniciativa da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por ocasião do I Conselho Nacional de Estudantes. Entretanto, a União Nacional dos Estudantes (UNE) só foi reconhecida oficial e formalmente em dezembro do ano seguinte no II Congresso Nacional dos Estudantes, posteriormente II Congresso da UNE, no qual foi aprovado seu estatuto e eleita sua primeira diretoria oficial. A UNE era constituída pelas organizações estudantis brasileiras a ela filiadas, sendo “o órgão máximo de representação dos estudantes” e tendo por finalidade “congregar todos os estudantes do Brasil para a defesa dos seus interesses”. Em termos organizacionais, era dirigida por uma diretoria composta de um presidente, três vice-presidentes, três secretários e um tesoureiro, eleita pelo Conselho Nacional de Estudantes, posteriormente Congresso da UNE. Segundo Artur José Poerner, todas as organizações universitárias anteriores à UNE “pecavam pela regionalidade, transitoriedade e especificidade de seus objetivos”. No segundo semestre de 1934, os estudantes de direito cariocas, juntamente com os de outras faculdades, lançaram um movimento pela realização do I Congresso da Juventude Operária-Estudantil. Apesar do grande êxito do congresso, no contexto histórico de ascensão do nazi-fascismo no plano internacional e do levante comunista de 1935 no plano nacional, a polícia passou a atacar os centros estudantis, o que implicou um lento e penoso trabalho de reorganização. Contudo, o congresso deixaria como indicação “a necessidade da criação de um instrumento por meio do qual os estudantes pudessem colaborar na luta pela modificação da realidade nacional”. Com isso, em dezembro de 1938, por convocação da Casa do Estudante do Brasil, instalou-se no Rio de Janeiro o II Congresso Nacional dos Estudantes, ao qual compareceram um representante do ministro da Educação e Saúde e delegados de 80 centros acadêmicos e associações estudantis de todo o país. A formação efetiva, o reconhecimento formal e a aprovação do estatuto da UNE foram as decisões mais importantes tiradas no II Congresso. O Conselho Nacional de Estudantes passou à condição de órgão deliberativo e a nova entidade instalou sua sede e secretaria na Casa do Estudante do Brasil. Ainda nesse encontro, o gaúcho Valdir Ramos Borges foi eleito o primeiro presidente oficial da UNE, com mandato de dezembro de 1938 a agosto de 1939. Encerrado o evento, em sessão presidida pelo ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, a diretoria eleita tomou posse. O II Congresso Nacional de Estudantes preconizava a “luta pela indústria siderúrgica nacional, sem o que o Brasil jamais se libertaria”. As conclusões desse encontro constituiriam, durante muitos anos, o programa fundamental da UNE, pelo qual se orientariam suas sucessivas diretorias e em que se baseariam para uma das maiores conquistas da fase de hegemonia socialista: a gratuidade do ensino universitário, obtida em nova campanha da UNE. Essa diretoria passou a coordenar, com poucos recursos materiais, o movimento estudantil brasileiro, a vida e as atividades das organizações estudantis espalhadas pelo país, procurando dar a esse movimento e a essas atividades um cunho

de unidade e um sentido nacional. Contudo, o maior problema dessa gestão consistiu na crise entre a UNE e a Casa do Estudante do Brasil, que pretendia que a UNE fosse uma de suas seções, recusando-se a cumprir as resoluções do II Congresso Nacional dos Estudantes, que lhe atribuía, além de sua qualidade de membro fundador e filiado, as funções de sede e secretaria administrativa da UNE. A divergência culminou com o despejo da UNE das dependências que vinha ocupando, nos seus dois primeiros anos de existência, na sede da Casa do Estudante do Brasil.

A UNE se manteve após a fundação em articulações políticas de bastidores, mas também nas organizações de protestos com pautas específicas sobre a educação no país, mas, sobretudo, em debates e interesses de cunho nacional, como a campanha “o petróleo é nosso”, realizada a partir de 1947.

A entidade foi reconstruída em 1979 e protagonizou um dos principais ciclos de protesto no país, ficando conhecida como os “caras pintadas” em 1992, que pediam o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992).

Na década de 1990, a UNE realizou diversos protestos pelo país contra medidas do Ministério da Educação (Governo FHC), mas as mobilizações diminuíram no governo Lula em função de a entidade considerá-lo um aliado. Esse apoio político também deriva do fato de a entidade ser dirigida, há décadas, por jovens filiados a partidos de esquerda, tais como PT, PCdoB, PSB, PDT, entre outros. As mobilizações que ocorreram nos governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff eram pontuais, organizadas em cada universidade federal, pressionando os reitores a tomar decisões específicas de cunho local das respectivas universidades.

O movimento estudantil, assim como os demais movimentos, se organiza também na esfera estadual, por universidade e por curso, o que capilariza o movimento da base até o topo com lideranças políticas que possuem responsabilidades específicas.

Uma entidade que representa os estudantes secundaristas (educação básica) semelhante à UNE é a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), fundada em 25 de julho de 1948 (reconstruída após a ditadura em 1981).

O desafio organizativo tamanho para essas organizações envolve a forma de financiar o funcionamento das entidades e o “tempo de vida” das lideranças, que, além de serem jovens, precisam conciliar o ativismo com os estudos, que requerem um grande tempo de dedicação. No país, diversas lideranças políticas tiveram ao longo dos anos passagem pelo movimento estudantil, como é o caso dos dois ex-presidentes da UNE, os senadores José Serra (PSDB/SP) e Lindbergh Farias (PT/RJ).

2.6 Movimento Feminista¹²

2.6.1 Começando a história

Olhando para a história, não é difícil perceber que as mulheres sempre protagonizaram **resistências**. Algumas autoras consideram que o feminismo no Brasil, assim como no mundo, teve o seu início a partir da luta de algumas mulheres de destaque na sociedade pelo direito ao voto, a candidatar-se, em ser considerada cidadã. Mas é importante lembrar que a história geralmente silencia os subalternos. Para fazer justiça, quero lembrar que existiram heroínas, em sua maioria desconhecidas, que foram fundamentais para a luta contra a opressão machista e racista no Brasil.

A mais conhecida delas é Dandara, mulher que lutou pela resistência do povo negro à escravidão ao lado de Zumbi no século XVII e chegou a liderar um exército feminino contra a escravidão. Porém não há muitos registros sobre Dandara e algumas vezes essa figura feminina tão forte é tratada como lenda.

Da história de que se tem registro, em 1881, uma dentista gaúcha, chamada Isabel de Souza Matos, requereu seu direito ao voto, baseada em uma lei que concedia direitos políticos a pessoas com títulos acadêmicos. Conseguiu na sua cidade natal, mas teve seus direitos suspensos quando tentou se alistar no Rio de Janeiro em 1890. A questão dos direitos políticos para as mulheres foi debatida publicamente pela primeira vez na constituinte de 1891 e foi reprovada.

A Constituição da República dos “Estados Unidos do Brasil”, de 1891, definiu que poderiam votar cidadãos maiores de 21 anos, excluindo os mendigos, analfabetos, militares de cargos baixos, religiosos sujeitos a votos de obediência e cidadãos não alistáveis. O termo cidadão não englobava mulheres, dizia somente respeito aos homens. A exclusão das mulheres era tão naturalizada que os constituintes não se preocuparam em proibir expressamente a participação política das mulheres na lei. Fruto de um pacto entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo.

As oligarquias preocupavam-se em educar seus filhos e filhas, e estas, instruídas, criaram tensões sociais e organizaram-se nos primeiros movimentos feministas, principalmente

¹² Queremos agradecer à Profa. Raquel Florence de Carvalho pela revisão cuidadosa desta parte do livro sobre o movimento feminista, mas a versão aqui apresentada é da nossa inteira responsabilidade.

a partir de 1910. Essa década foi marcada pelo surgimento de uma cultura urbana e com ela o início de uma classe média e classe operária. Em 1917, houve greves inspiradas nos movimentos anarquistas e, em 1922, foi fundado o Partido Comunista do Brasil, mesmo ano em que ocorreu a Semana de Arte Moderna. A organização das mulheres, nessa época, utilizava estratégias como veiculação de jornais e formas bem articuladas de divulgação de suas ideias, revelando um nível de organização marcado pela complexidade.

Também em 1910 foi criado o Partido Republicano feminino, que defendia em seu estatuto os direitos das mulheres ao voto, a emancipação e a independência. O partido reivindicava que as mulheres aumentassem a capacidade de estarem presentes na vida pública através do trabalho e da política. As principais fundadoras foram a professora Leolinda Daltro e a poetiza Gilka Machado. Leolinda foi uma mulher separada que criou cinco filhos, defensora das causas indígenas, lutava contra o extermínio dos índios e contra o autoritarismo da catequese. Gilka escandalizou a sociedade de então com seus poemas eróticos, viúva precocemente e com dois filhos para criar, foi diarista na estação Central do Brasil.

Bertha Lutz foi uma importante mulher na história do Brasil. Pertencente à elite econômica e intelectual de sua época, Bertha era formada em biologia pela Sorbone e em direito no Brasil, era concursada do Museu Nacional, desempenhando uma trajetória incomum para uma mulher daquele tempo. Fundou uma organização feminista, chamada de Federação Brasileira para o Progresso, que tinha como principal bandeira os direitos políticos para as mulheres. A federação ganhou capilaridade e chegou a ter núcleos além de Rio de Janeiro e São Paulo, centros políticos e econômicos da época, também em Minas Gerais, Paraíba, Bahia, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Norte. Bertha tinha uma forte aliança com Juvenal Lamartine, chegando a fazer articulações para ser reconhecidamente representada por ele no congresso. Dessa articulação, resulta a primeira lei do voto feminino, implementada no Rio Grande do Norte quando Juvenal Lamartine ganhou o governo e data de 25 de novembro de 1927.

Bertha e suas aliadas na federação fizeram um movimento político aliado aos detentores do poder, muito diferente do movimento feminista que havia na época. No final do século XIX e início do século XX, a luta feminista enfrentava também uma grande disputa pelos meios de comunicação. Havia a propagação de que o acesso à informação e a formação de opinião eram pré-requisitos para que se pudesse exercer uma vida pública. A disputa de ideias políticas era travada através dos jornais que, obviamente, davam espaço para homens cultos de camadas médias. Como a comunicação por jornais e panfletos era

a única possível na época, existiam incontáveis deles, sendo essa a principal forma de comunicação entre as mulheres. Embora o nível de analfabetismo fosse altíssimo, principalmente o feminino.

Francisca Senhorinha Motta Diniz foi fundadora do jornal “O Sexo Feminino” em 1873, o primeiro jornal feminista do país, em Minas Gerais. Francisca posteriormente mudou-se para o Rio de Janeiro e é reconhecida pelo trabalho de divulgação dos direitos matrimoniais das mulheres e por seu trabalho pela emancipação feminina. Uma outra referência dessa época foi a paulista e irmã do poeta Josephina Álvares de Azevedo, que fundou o jornal “A família” em 1888. Josephina lutava por uma educação que libertasse a mulher da condenação à vida doméstica.

Por fim, um outro movimento que marcou esse período de início do século XX foi o feminismo anarquista, influenciado por ideias trazidas de imigrantes europeus, principalmente italianos. Presentes nas primeiras greves operárias do Brasil, as ideias anarquistas radicalizaram os movimentos contra os capitalistas. Esse movimento permitiu que as mulheres trabalhadoras radicalizassem as bandeiras feministas e incorporassem às bandeiras defendidas o fim da exploração das mulheres pelos homens. Esse movimento teve representantes fortes como Maria Lacerda de Moura e Isabel Cerruti, que enfrentaram um embate político contra as sufragistas comandadas por Bertha Lutz. As anarquistas defendiam que conquistar a igualdade de direitos políticos não representava uma liberdade real da subjugação sofrida imposta às mulheres pelos homens.

2.6.2 Transição, décadas de 40 e 50

As décadas de 40 e 50 foram marcadas por movimentos organizados por mulheres contra a carestia (situação econômica em que há a elevação acentuada nos preços dos produtos básicos e um quadro de fome alarmante), que se estenderam até a década de 70. Esses movimentos não podem ser considerados como feministas, pois englobam mulheres de diversas condições sociais e filiação ideológica, embora estivessem mais presentes nos bairros mais populares.

Além de lutar contra a fome, esses grupos também tinham outras bandeiras, como melhorias em postos de saúde, nas escolas, creches e outros serviços públicos. Não estavam em pauta bandeiras feministas por igualdade de direitos, liberdade sexual ou contra o patriarcado. E houve um importante apoio de setores da igreja católica.

2.6.3 Anos 60 e 70 – Ditadura militar

No período de ditadura militar, acontecem reorganizações do movimento feminista que nos anos 70 ganham uma organização mais efetiva. Influenciadas pelas ideias comunistas que ganharam corpo ao se oporem ao regime militar e também pelos movimentos feministas que eclodiram na Europa e EUA, grupos de mulheres passaram a se reunir e se organizar no Brasil.

Essa fase é marcada por um problema com o qual as mulheres feministas precisaram enfrentar por um grande período. O movimento feminista era mal visto não apenas por homens de direita, mas também pelos homens de esquerda que, incomodados com os questionamentos sobre suas práticas machistas, acusavam as mulheres de não priorizar a luta contra a ditadura militar e toda a violência que ela praticava. Não há como o movimento feminista no Brasil ter apenas uma perspectiva, as dificuldades enfrentadas pela condição de gênero e a luta contra a fome e a desigualdade e por melhores condições assistenciais promovidas pelo Estado são de extrema relevância e não devem concorrer hierarquicamente como ocorreu historicamente. Essa questão se complicou ainda mais quando, em 1979, as mulheres que lutavam contra a ditadura e organizavam grupos feministas se dividiram entre os partidos políticos que receberam pessoas de esquerda, à época o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Dois tipos de organização de mulheres coexistiram na época da ditadura. As exiladas e as que permaneceram no Brasil. As mulheres que estavam no país e conviviam com a ditadura militar foram obrigadas a enfrentar o impedimento de se expressarem publicamente. Essa condição de viver em um país que estava extremamente violento contra pessoas que pensavam diferente e que se opunham contra o regime ditatorial condicionou as mulheres a se reunirem em pequenos grupos nas residências de alguma integrante. Geralmente os grupos eram formados por amigas e conhecidas que aceitavam apenas convidadas. Embora o alcance desses grupos fosse limitado pelo seu caráter privado, foi uma importante resistência que permitiu a formação do pensamento feminista que se consolidou posteriormente.

Algumas mulheres, que foram exiladas por terem sido perseguidas pela ditadura ou que acompanharam seus maridos exilados, formaram grupos de feministas que se reuniam e que, ao contrário do que acontecia no Brasil, puderam se expressar publicamente e expor seus pensamentos e reivindicações. Em Paris, o grupo fundado em 1972 e liderado por Danda Prado chamava-se Grupo Latino-Americano de Mulheres. Esse grupo se reunia informalmente em um bar e estabeleceu relações com outros grupos no mundo,

inclusive no Brasil, e influenciou o surgimento de outros grupos feministas, até nos EUA. Elas escreviam um boletim chamado de “Nosotras”, que sobreviveu até 1976. Tinham como principal bandeira a autonomia feminina.

Esse grupo liderado por Danda sofreu muita oposição dos homens de esquerda exilados, ao ponto extremo da Frente de Brasileiros no Exílio ameaçar retirar o apoio financeiro às famílias que tivessem mulheres participando do grupo. Esse movimento teve sucesso e conseguiu desfazer a organização das mulheres no exílio. Os homens estavam insatisfeitos com as mudanças domésticas que o feminismo acarretava.

Em 1975, surgiu uma organização de mulheres brasileiras em Paris que se chamava *Círculo de Mulheres* e que lutava pela autonomia das mulheres. De forte tendência marxista, o círculo vivia também o tensionamento por priorizar a luta de classes como principal bandeira, mas essa tradição era a responsável pelo silenciamento e exclusão das mulheres dos papéis de lideranças políticas. As bandeiras feministas que pregavam liberdade sobre o próprio corpo, sexualidade e prazer mostraram-se mais potentes ao questionarem as estruturas de dominação estabelecidas.

O ano de 1975 foi um marco, a ONU (Organização das Nações Unidas) considerou este o ano das mulheres. Isso acarretou debates sobre a mulher na sociedade em todo o mundo. No Brasil, houve um evento da ONU chamado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, que ocorreu no Rio de Janeiro. A questão da mulher na sociedade passou a ser tratada diferente, sem tanto peso negativo como anteriormente. Esse período também é marcado pelo arrefecimento da violência política da ditadura através do comando do general Geisel na presidência da república. Dessa reunião da ONU, as mulheres conseguiram criar um Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Para burlar a perseguição da ditadura, elas institucionalizaram o centro, colocaram homens em suas programações e trocaram o termo feminista por “pesquisas sobre o papel e comportamento da mulher”.

Em 1975, aproveitando o arrefecimento da violência da ditadura militar, as mulheres acadêmicas também se manifestaram na SBPC (Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência) pelo fim da censura e pelo reestabelecimento do estado democrático de direito. Esse encontro deu início a uma série de outros encontros que desencadearam um movimento de pesquisas sobre a condição da mulher no Brasil. Também nesse ano, influenciadas pelo encontro da ONU, foi organizado o Movimento Feminino pela Anistia por Terezinha Zerbini, que reunia pessoas e famílias de mortos, exilados, desaparecidos e perseguidos políticos. Entretanto Terezinha se opunha ao feminismo e marcava essa sua posição de forma crítica e radicalizada, chamando o movimento feminista brasileiro

da época de cópia descontextualizada dos movimentos europeus. Ela reproduzia o preconceito brasileiro com o feminismo, afirmando que havia problemas maiores a serem perseguidos, como a fome. O próprio Pasquim, revista de esquerda, referência na época, escrevia associando o movimento feminista à vulgarização da mulher e fazia deboche das questões ligadas ao feminino. Havia, no entanto, solidariedade entre os grupos feministas e as mulheres pela anistia e apoio e suporte das feministas para com as mulheres que lutavam contra a ditadura. Não havia tanta distância assim entre as bandeiras de luta na época.

2.6.4 Anos 80

A década de 80 inicia tendo o impacto da anistia, o retorno ao Brasil de importantes referências políticas que estavam exiladas e o fim do bipartidarismo. As feministas se dividiram. Algumas entraram no PMDB, outras entraram no PT e lutavam pela institucionalização do movimento e aproximação com a esfera estatal. Outras, as autonomistas, defendiam que essa aproximação representava uma cooptação do movimento. Surgiram os primeiros grupos temáticos que tratavam de violência contra a mulher e saúde da mulher. Também se desenvolveu o feminismo acadêmico.

Os anos 80 marcam o início da entrada das mulheres nas esferas de poder institucional e de representação eleitoral, resultado dos muitos anos de luta e organização das mulheres no país. Surgem os Conselhos da Condição da Mulher, Delegacias da Mulher e é marcada a entrada da mulher na política através da participação das eleições de 1982.

A história da participação feminina na Constituinte de 1988 é particularmente interessante. Das 26 mulheres que foram eleitas deputadas constituintes, apenas uma, a cearense Moema San Tiago, era feminista. A maioria das mulheres era do Norte e Nordeste e dos partidos de direita – PFL (Partido da Frente Liberal) e PDS (Partido Democrático Social). Mas ainda assim essas mulheres se uniram, se autodenominaram bancada feminina e aprovaram quase a totalidade das bandeiras feministas da época, claramente influenciadas pela visibilidade e conquistas que o movimento feminista havia conquistado até aquele momento.

A década de 80 é marcada pela urbanização e uma maior entrada da mulher no mercado de trabalho, novas configurações familiares. Até a década de 70 era direito do homem tirar a vida de sua esposa, até que, em 1976, o assassinato de Ângela Diniz pelo seu marido e sua consequente absolvição do crime por “defesa da honra” chocaram o país. A década de 80 é marcada, então, por uma mudança cultural de intolerância sobre o direito dos homens ao assassinato de mulheres. Assim, começou-se a ter campanhas opositoras

à violência contra a mulher e mobilização do movimento feminista sobre essa questão. Em 1985, surgiu a primeira delegacia da mulher e, mais importante, a mulher passou a ser tratada como vítima da violência. O movimento feminista também voltou-se a outros temas importantes, como saúde da mulher e aborto, e teve conquistas importantes nessa década, como o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), do Ministério da Saúde, em 1983.

2.6.5 Anos 1990

Embora tenha sido uma década marcada pelo retraimento dos movimentos sociais, houve um avanço significativo do reconhecimento social sobre suas pautas e bandeiras. Notou-se que, gradativamente, houve a diminuição e a não aceitação por práticas discriminatórias como piadas e anedotas com negros, gays e mulheres. E isso, sem dúvidas, marca um novo posicionamento dessas minorias na sociedade. Passou-se também a não se aceitar mais a discriminação salarial e no trabalho por razão de gênero. Houve uma crescente expressiva de participação institucionalizada de mulheres na política e as pautas feministas passaram a ser absorvidas por candidatos a todos os tipos de cargos, de legislativos a executivos.

Também houve uma participação expressiva de mulheres em ONGs feministas, sendo estas expressivas formas de organização das mulheres na década de 90, de grande influência política nos movimentos sociais e na institucionalidade.

2.6.6 Anos 2000

Os anos 2000 foram marcados pelo acentuado protagonismo das mulheres nos movimentos sociais. Não apenas na luta feminista, as mulheres são as principais atrizes na luta contra a fome, desemprego e por melhores condições de vida. O protagonismo público ainda contrasta com a realidade privada enfrentada pelas mulheres, com altos índices de violência doméstica.

Destaca-se a **Marcha Mundial das Mulheres (MMM)**, que começou a ser organizada em 2000 por ONGs feministas, comitês e organismos mistos (homens e mulheres), reunindo mulheres do mundo todo em marcha em 2001. A marcha continuou nos anos seguintes e chegou a reunir mais de 30 mil mulheres em 16 Estados diferentes no Brasil em 2005. A marcha luta pelas questões de gênero, mas também por outras pautas políticas sociais relacionadas à igualdade, solidariedade, liberdade, justiça e paz.

Houve também a **Marcha das Helenas** em 2008, no Amapá, e a organização da **Marcha das Margaridas** pelas mulheres do MST pela não violência contra as mulheres, por trabalho e terra. Essas mulheres organizadas conseguiram, em 2003, ser as titulares nos assentamentos das terras pelo INCRA, deixando de ser o homem, que muitas vezes abandonava a família em condições precárias de sobrevivência. As mulheres se destacaram também como maioria em diversos eventos dos movimentos sociais, como o Fórum Social Mundial de 2007 e 2009.

2.6.7 Anos 2010

Década marcada por crise nos governos de esquerda, que haviam avançado em diversas conquistas do movimento feminista, como Lei Maria da Penha, e mudanças na legislação das empregadas domésticas. Houve grandes encontros acadêmicos de gênero, feministas, como o *Fazendo Gênero e o Desfazendo Gênero*. Há uma maior visibilidade dos chamados *Estudos QUEER*, que têm como principal representante a filósofa Judith Butler. Butler traz radicalidade ao pensamento feminista antes inspirado por Simone Beauvoir, com ideias como performatividade de gênero e a desnaturalização e desvinculação de categorias como sexo, sexualidade, corpo, além do próprio gênero, e a liberdade do sujeito de se identificar, determinar e lidar com o seu corpo, gênero e sexualidade da maneira como lhe for mais confortável.



Glossário

A teoria *Queer*, oficialmente *queer theory* (em inglês), é uma teoria sobre o gênero que afirma que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero dos indivíduos são o resultado de um constructo social e que, portanto, não existem papéis sexuais essenciais ou biologicamente inscritos na natureza humana, mas formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais.

Essas ideias já ganharam projeções sociais, sendo debatidas em programas televisivos e tendo artistas utilizando novas categorias de gênero, como a cantora Liniker, que se autodetermina como de gênero *Queer* (uma mistura entre o masculino e o feminino), e Pablo Vittar, mulher trans, uma das cantoras de maior sucesso de 2017. Essa nova fase

do feminismo tem como principais bandeiras autonomia ao viver papéis de gênero, liberdade de práticas sexuais e autonomia sobre o corpo. Ganham também força as questões em torno da violência e feminicídio e gênero e estruturas de poder. Apesar dos avanços, é uma década marcada por forte repressão aos movimentos feministas e de gênero, principalmente por políticos evangélicos.

2.7 Movimento LGBT



Figura 9: Movimento LGBT e categorias analíticas de estudos interdisciplinares.

Fonte: elaborada pelos autores.

Na década de 70, surgiu, no eixo Rio de Janeiro–São Paulo, o movimento chamado **movimento homossexual**. Teve grandes dificuldades de se organizar e se expressar publicamente por causa das condições político-sociais da época. Nos anos 1980, , esses grupos sofreram uma redução significativa de participação e visibilidade pela correlação entre a homossexualidade e a epidemia de HIV/AIDS, que marcou aquela época.

Sob a influência da conquista de novos espaços conquistados no final da década de 80 com o processo de redemocratização no país, os anos 90 são particularmente importantes para os movimentos LGBTs. Houve uma maior democratização dos espaços decisórios e a inclusão de novos segmentos populacionais como beneficiários de políticas públicas, uma inclusão sensível das mulheres e das pautas feministas. Esse movimento de inclusão fortaleceu a agenda da chamada “ações afirmativas”, que ampliava o espaço da luta não apenas feminista como também de outras minorias, como a racial e a LGBT.

Nos anos 90, também houve a expansão de estudos com a temática LGBT, centrados, inicialmente, em dois eixos principais, **direitos humanos e saúde**. Tais pautas estavam ligadas intimamente à questão HIV/AIDS, tema correlacionado à temática gay que resultou em muito estigma, mas também em parte considerável de recursos para pesquisas e campanhas que financiaram movimentos. A aliança entre Estado e sociedade para frear o avanço da AIDS ajudou a organizar diversos grupos LGBTs que lutavam não apenas por acesso a saúde, mas também para a desestigmatização de suas identidades sexuais

em relação à doença. O número de grupos organizados, ONGs, associações e acadêmicos foi significativo e ampliou-se por todo o território nacional. Conseqüentemente, a causa LGBT passou também a ter protagonismo dentro dos partidos políticos e de algumas organizações religiosas.

Em 25 de junho de 1995, aconteceu a primeira parada LGBT, chamada na época de *Marcha Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Travestis*, em Copacabana. Importante marco histórico, foi a primeira passeata com o tema a ser realizada em todo cone sul da América Latina. Tinha como principais bandeiras a união civil e o combate à homofobia. As paradas tiveram uma grande importância para a visibilidade das pautas LGBTs e avanço das conquistas desse segmento. A expressão dessas questões tomou os debates políticos eleitorais e conseqüentemente ampliou-se o debate e a representatividade na mídia, através das novelas e em programas e telejornais.

A primeira política estatal voltada para o público LGBT foi um plano voltado ao combate à epidemia de HIV/AIDS, no início da década de 1990. Em 1995, surge a primeira organização de caráter nacional, chamada Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGL), que atuou de forma hegemônica por um longo período ainda que tivesse sua legitimidade questionada. O primeiro documento oficial do Brasil a reconhecer publicamente homossexuais no campo da promoção dos direitos humanos é o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), elaborado em 1996. Em 2000, os governos petistas inauguram um novo momento de inclusão dos movimentos LGBTs na elaboração das políticas públicas e gestão do Estado, foi também o período de expansão e fortalecimento de pequenos grupos que se organizaram a partir de questões específicas, territorialidades e identidades, mas, acima de tudo, de legitimidade de representação.

A visibilidade da luta LGBT passou a ser a principal estratégia dos movimentos. As conferências LGBTs e a institucionalização do dia 4 de julho como dia de combate à homofobia em 2010 foram conquistas importantes. A segunda metade dos anos 2000 e o início da década de 2010 foram marcados pelas lutas contra a patologização das identidades e sexualidades LGBT. Porém as pautas do movimento LGBT foram constantemente travadas e impedidas por resistências políticas de setores religiosos tradicionais cristãos e por um judiciário conservador.

Os setores que estão correlacionados ao grupo intitulado LGBT, junto com as mulheres, são os que têm suas conquistas políticas mais ameaçadas e atacadas pelos setores da direita que tomaram o poder com o *impeachment* da presidenta Dilma em 2017. As principais lideranças da direita política brasileira têm ganhado notoriedade e popularidade através de discursos homofóbicos, machistas, misóginos e racistas e sendo contra o que chamam

de “ideologia de gênero”, que nada mais é do que a bandeira por direitos humanos dos LGBTs.

Por outro lado, nunca houve tanta aceitação e representatividade de artistas e pessoas transexuais, *agender*, *queer*, *gays* e lésbicas. A intolerância contra as diferentes expressões de identidade sexual e de gênero não são bem vistas ou aceitas socialmente. Está posta, assim, uma era em que há um grande avanço nas questões ligadas a sexo e gênero, mas por outro lado de grande intolerância e embate político.

2.8 Síntese da Unidade

1. Os movimentos no Brasil foram bastante atuantes durante o século XIX, promovendo revoltas e lutas sociais que envolveram o problema social da escravidão e da dominação colonial.
2. Os movimentos sociais do século XIX foram difusos no sentido organizativo, mas foram populares e adquiriram o caráter de demandar direitos sociais, civis e os políticos.
3. Os movimentos sociais apresentados ao longo desta unidade têm sido os mais relevantes no cenário político brasileiro das últimas décadas.
4. Dos movimentos apresentados anteriormente, todos continuam realizando protestos com grande visibilidade na opinião pública.
5. Os movimentos feministas e LGBTs têm sido muito atuantes e presentes na vida pública nos últimos anos, promovendo protestos, campanhas e ações nas redes sociais de enfrentamento ao machismo e à homofobia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. **Sociologias**, ano 13, n. 28, p.52-84, 2011.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ANDREWS, Kenneth. Social movements and policy implementation: the Mississippi civil rights movement and the war on poverty, 1965 to 1971. **American Sociological Review**, n. 66, p. 71-95, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, Ricardo; DA SILVA, Jair Batista. PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 511-527, 2016.

ARATO, Andrew. Representação, soberania popular e *accountability*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso: 19 out. 2010

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012.

BOSCHI, Renato R.; VALLADARES, Licia do Prado. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. **Espaço e Debates**, n. 8, p. 345-389, 1983.

BOSCHI, Renato R. **A arte da associação**: política de base e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vertice, 1987.

BRANDÃO, Lucas C. A literatura sobre Movimentos Sociais: Interações entre a Política Institucional e a Política não Institucional. **BIB**, São Paulo, n. 71, p. 123-143, 1º Semestre de 2011.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Movimientos Sociales, Gobiernos Progresistas y Estado en América Latina: transiciones, conflictos y mediaciones. **Caderno CRH**, v. 29, n. Spe 03, p. 27-45, 2016.

CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 3, 1987.

CARDOSO, Ruth. O terceiro setor na ordem do dia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 27, set/2004. Espaço Aberto. Editorial.

CARLOS, Euzenéia. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 17, n. 1, p. 15-53, 2015.

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: LECH, 1982.

CRESS, Daniel M.; SNOW, David. The outcomes of homeless mobilization: The influence of organization, disruption, political mediation and framing. **American Journal of Sociology**, n.105, p. 1063-1104, 2000.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: _____ (Org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: _____ (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e terra; Campinas: editora da UNICAMP, 2006. p. 13-91.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GOLDSTONE, Jack. Bridging institutionalized and noninstitutionalized politics. In: _____ (Ed.). **States, parties, and social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p.1-24.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOWARICK, Lúcio. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n 3, p. 38-50, 1987.

LAVALLE, Adrián Gurza (Org.). **O horizonte da Política: questões emergentes e agendas de pesquisa**. Editora da UNESP, 2012.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 18, dez. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/03.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. **The trends of social movements in America: professionalization and resource mobilization**. Morristown, N. J.: General Learning, 1973.

McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **The American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212- 1241, 1977.

MEZA, Humberto; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012). **Opinião Pública**, v. 22, n. 2, p. 350-384, 2016.

PAIVA, Ângela Randolpho. Movimentos sociais e teoria crítica: notas sobre a redemocratização brasileira. In: D'ARAÚJO, M. C. (Org.) **Redemocratização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2014.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Atores políticos e lutas sociais: movimentos sociais e partidos políticos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SZWAKO, José Eduardo León. '**Del otro lado de la vereda**': luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial. 2012. 440 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, 2012.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009 [1998].

TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e sistema político: um diálogo (preliminar) com a literatura. 6º ENCONTRO DA ABCP. **Anais...** Campinas, SP, 2007.

TATAGIBA, Luciana; BLIKSTAD, Karin. Como se fosse uma eleição para vereador: dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 84, p. 175-217, 2011.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. New York: McGraw-Hill, 1978.

TILLY, Charles. Movimentos Sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 133- 159, janeiro/julho, 2010.

TOURAINÉ, Alain. An introduction to the study of social movements. **Social Research**, n. 52, p. 749-788, 1985.

VIANNA, Luiz Werneck. O Estado novo do PT. **Política Democrática**, v. 18, 2007. Disponível no link: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>. Acesso em: 08 nov. 2018.



Movimentos Sociais

Esta disciplina tem o objetivo levar todos a uma reflexão inicial sobre as características modernas das sociedades atuais e de que forma os movimentos sociais podem ser explicados enquanto um reflexo da própria condição de liberdade dos indivíduos dentro de um contexto marcado por democracias que valorizam o exercício da livre organização e expressão enquanto um direito de todos.



PROGRAD
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO



Faculdade de Direito
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

